



**PREFEITURA DE  
FLORIANÓPOLIS  
CONTROLADORIA-GERAL**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

**CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
DE FLORIANÓPOLIS**

**CGMF**

**- SANTA CATARINA -**

**EXERCÍCIO 2023**

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MARÇO DE 2024.



# CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

## RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2023

### **TOPÁZIO SILVEIRA NETO**

Prefeito Municipal de Florianópolis

### **RODRIGO DE BONA DA SILVA**

Controlador-Geral do Município

### **LEANDRO DOMINGUES**

Controlador-Geral Adjunto do Município

### **Oswaldo Ricardo da Silva**

Subcontrolador-Geral de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados

### **Sandro José da Silva**

Subcontrolador-Geral de Auditoria

### **Mariangela Carioni**

Subcontrolador-Geral de Corregedoria e PADs

## COLABORADORES – CGMF

### **Efetivos na PMF:**

Berenice Vieira Ferrari  
Chames Maria Stallvierri Gariba  
Cristiane Vignardi  
Christianne Martins Farias  
Elizângela de Souza da Silva  
Felipe Stefan Koerich Theis  
Fernanda Almeida Marcon  
Fernanda Cláudia Lückmann Da Silva  
Gilson José Ferreira  
José Ricardo L. Ramos  
Leandro Domingues  
Leila Echer  
Leonardo Gesser

Mariangela Carioni  
Mauro Rodrigo da Costa  
Marcos Pedro da Silva  
Milton Coelho Pires Junior  
Nerivaldo Gentil Duarte  
Oswaldo Ricardo da Silva  
Patrícia Reis dos Santos  
Sandro José da Silva  
Sandro Max de Souza  
Shauana dos Santos Tavares  
Thaise Alana Goronzi  
Vanessa Dias Pereira

### **Comissionados:**

Rodrigo De Bona da Silva  
Gabriella Vieira Bento  
Karine Coelho Ferreira  
Luiz Fernando Vieira Alves

### **Terceirizados:**

Katia Miranda  
Marina Kostaneski Pasetto  
Samanta Alice Ramos Souza  
Sangi Afonso Martins

### **Estagiárias:**

Camila Villela Gomes de Sá  
Clara Emanueli Meurer  
Larissa A. da Silva Brandenburg

## SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL .....	5
1. ESTRUTURA FUNCIONAL E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS .....	7
2. RECURSOS FINANCEIROS E CORPO TÉCNICO DA CGMF .....	12
3. SUBCONTROLADORIA-GERAL DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO .....	16
4. SUBCONTROLADORIA GERAL DE TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA E PROTEÇÃO DE DADOS .	20
5. SUBCONTROLADORIA GERAL DE CORREGEDORIA E PROCESSOS DISCIPLINARES .....	24
6. NÚCLEO ANTICORRUPÇÃO E PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE .....	28
7. PRINCIPAIS MELHORIAS E RESULTADOS DE 2023 .....	29
8. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL.....	34
9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	51
ANEXOS – INFORMATIVOS CGM 2023 (BIMESTRAIS) .....	52

## Mensagem do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral

*A demanda pela criação de uma Controladoria Geral no Município de Florianópolis, por parte da sociedade em geral, dos observatórios sociais e dos órgãos de controle nacionais e estaduais, vinha numa crescente nos últimos 10 anos. Desde 2014 há um Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público de Santa Catarina. Nesse período, a cidade avançou na direção de uma estrutura de controle com mais autonomia, profissionalismo e resultados efetivos, especialmente na promoção da transparência e no combate à corrupção. Mas, como quase todo município brasileiro, Floripa segue com problemas históricos complexos, de origem estruturante e causas políticas, sociais e culturais, e que, principalmente nas últimas três décadas, são periodicamente externalizados por escândalos que ultrapassam insolúveis diferentes governos a alternar-se no poder.*

*Esses desafios não são exclusivos da Ilha da Magia. Desde 2015 até a pandemia de 2020, a corrupção vinha sendo a principal preocupação da população brasileira (Mohallem e Ragazzo, 2017), e após passado o momento de emergência mundial, em 2023 o assunto voltou ao topo do debate no país. No setor governamental, define-se corrupção como qualquer abuso de um poder legalmente constituído, para benefício privado (TI, 2020). O fenômeno se destaca na agenda mundial desde os anos 1980, quando restou comprovado que seus prejuízos corroem a credibilidade das instituições e governos, debilitam a democracia, inviabilizam o bem-estar social (Abramo, 2005), prejudicam o desenvolvimento econômico (Rose-Ackerman, 2006) e os resultados das políticas sociais (Ferraz et al., 2012).*

*O Brasil tem tido grandes avanços desde a Constituição de 1988 e especialmente após a assinatura de três acordos internacionais anticorrupção, em 1996 (OEA), 1997 (OCDE) e 2003 (ONU). Para prevenção e combate a todas as formas de corrupção no setor público, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimula a criação de políticas e sistemas de integridade pública e anticorrupção (OCDE, 2017a; 2017b; 2019). Um **sistema de integridade pública** é um conjunto de componentes internos e externos que buscam contribuir para a integridade de um governo, “como as políticas, práticas, instituições e guardiões da integridade” (Six e Lawton, 2013, p. 641).*

*Em nível organizacional, uma **política de integridade pública e anticorrupção** (PIPAC) pode ser desenhada e implementada com base no Organizational Integrity Management Framework da OCDE (Maesschalck e Bertok, 2009). O modelo propõe um enfoque sistêmico, com medidas baseadas em regras (rules-based measures) e valores (values-based), divididas em duas camadas – centrais (core) e complementares (complementary measures) – e distribuídas em três pilares (estruturas, instrumentos e processos), de modo a garantir coordenação suficiente para seu sucesso. O pilar das **estruturas corresponde ao arranjo institucional** do modelo de gestão da integridade adotado, com ênfase no papel dos atores e da coordenação. Esses **atores** são responsáveis por implementar uma combinação equilibrada de **instrumentos** para gestão da integridade, e por desenvolver os **processos** por meio dos quais a gestão da integridade é introduzida, implementada e avaliada.*

*No Brasil, o arranjo multifuncional adotado tem sido o das Controladorias-Gerais (CGs), que surgem após os acordos internacionais firmados, quando entre 2001 e 2023 o governo federal criou a Controladoria-Geral da União (CGU), incorporando inicialmente funções de controle interno, auditoria, ouvidoria e corregedoria administrativa. Em 2006 foram*

*integradas as funções de transparência, prevenção da corrupção e promoção da integridade. (CGU, 2020a). Nos últimos anos, surgiram novas leis relacionadas à melhoria da governança pública, muitas delas incorporadas às funções da CGU, como o incremento do acesso à informação, da participação cidadã e do governo aberto.*

*Alguns dos principais resultados do órgão federal evidenciam a eficácia desse arranjo, inclusive para governos locais (Avis et al., 2018). Entre 2012 e 2018, **para cada R\$ 1,00 investido**, a CGU proporcionou à sociedade uma economia e/ou recuperação de recursos financeiros de R\$ 5,10 (410% mais que seu custo). **Somente em 2018, foram R\$ 8,37 economizados** por R\$ aplicado em controle (837% do custo), sendo 87,9% em “gastos indevidos evitados” preventivamente (CGU, 2020a; 2020b). Já nas funções de investigação e sanção, as expulsões de agentes apontam tendência de uma maior punibilidade no país. Nos **22 anos anteriores** à criação da CGU (Alencar e Gico Jr., 2011), a **média era de cerca de 53 demissões anuais**. Entre 2003 e 2011, passou para 393 (Portal IG, 2018), e **entre 2012 e 2019 a média anual subiu para 529** (FolhaPE, 2020; Portal G1, 2018). Assim, como instituição de controle, a CGU foi incorporando múltiplos papéis, integrando a execução e/ou supervisão das atividades de prevenção, detecção, investigação e sanção, que formam o chamado **ciclo anticorrupção** (Góis et al., 2016). O modelo transformou o processo de accountability dos governantes na democracia brasileira (Loureiro et al., 2012).*

*Com isso, por todo o país, as Controladorias Gerais de Estados e Municípios vêm ganhando espaço, assumindo a importante tarefa de estruturação do ciclo anticorrupção intragovernamental, por meio de sistemas e políticas de integridade pública (De Bona, 2021a; 2021b; 2022) e ainda como ponto de articulação com instâncias de controle externo e judiciário. É o que se espera da **nova CGM Floripa, que em seu primeiro ano já proporcionou avanços importantíssimos para a gestão, e que, com apoio contínuo do Prefeito Municipal, vislumbra um caminho de sucesso para proporcionar aos gestores e aos cidadãos mais segurança na sua interação com o poder público, incrementando a confiança dos munícipes nos servidores públicos e retroalimentando um círculo virtuoso de confiabilidade e qualidade dos serviços prestados.***

*Com a criação da Controladoria-Geral no Município em 02 de janeiro de 2023, **Florianópolis ruma para um arranjo institucional de excelência em controle, seguindo as melhores práticas nacionais e internacionais.** A CGM passa a ter as finalidades dispostas nos artigos 48 e 49 da LC nº. 736/2023, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal, responsável pelas atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência e integridade da gestão, por meio de ações de auditoria governamental, correição, prevenção e combate à corrupção, ouvidoria, transparência, proteção de dados, integridade, compliance, controle social e apoio ao controle externo na sua missão institucional.*

*Sigamos firmes nessa grandiosa missão!*



**Rodrigo De Bona da Silva**

**Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Município**

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União há 28 anos

Presidente do CONACISC - Conselho de Auditores e Controladores Internos Municipais de SC (fundado em 2023)

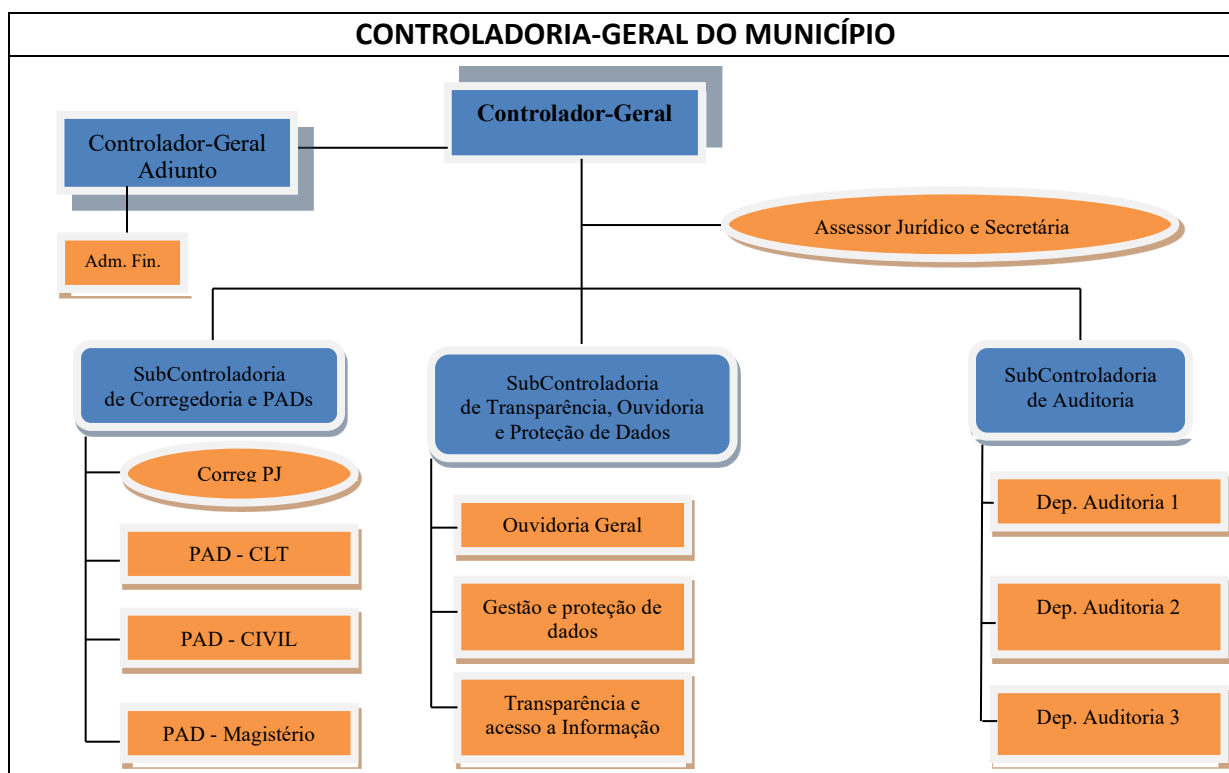
Ph.D. em Economia e Governo, Mestre em Administração, Especialista em Ouvidoria Pública, Graduado em Contabilidade

Dados e contato: <https://lattes.cnpq.br/0622804262115238>

## 1. Estrutura Funcional e Competências Institucionais

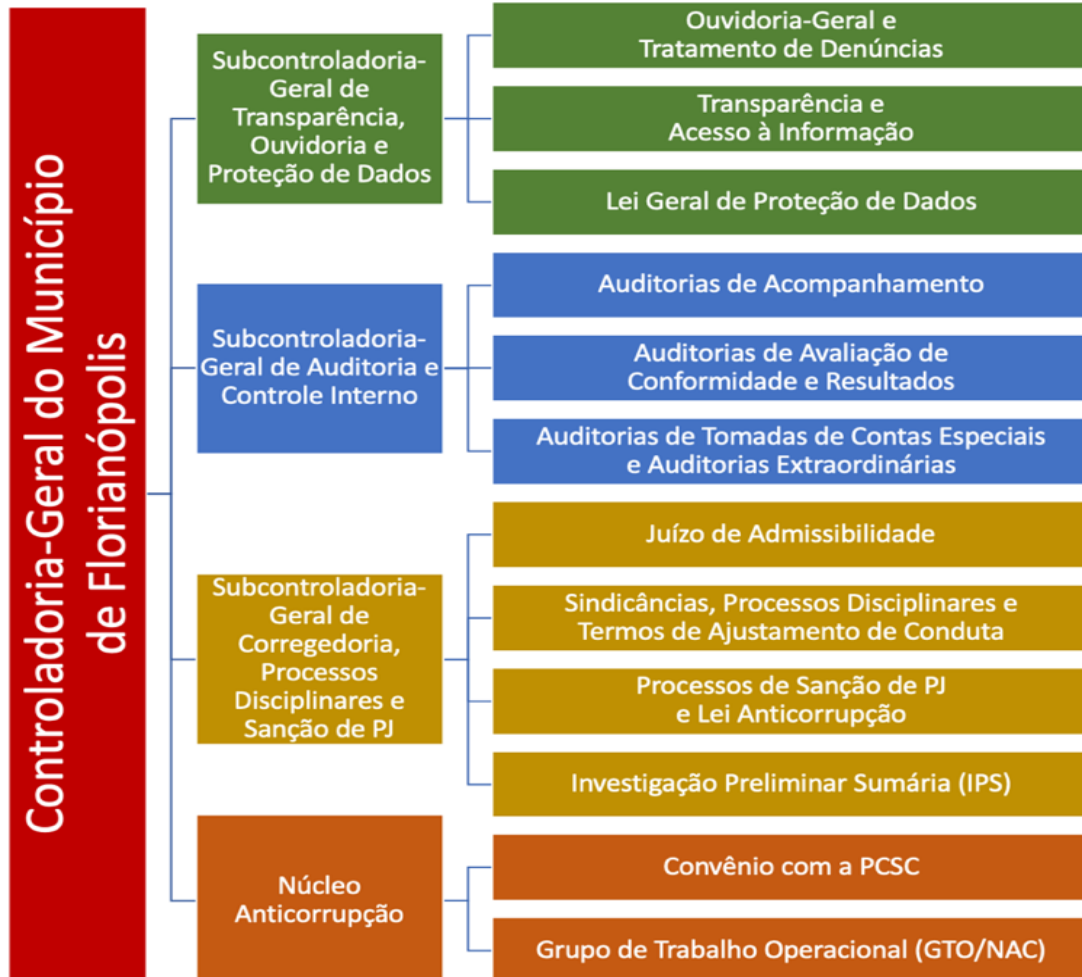
Instituída pela Lei Complementar Municipal nº. 736/2023, a Controladoria Geral do Município de Florianópolis (CGM) tem por finalidades aquelas dispostas nos artigos 48 e 49 do referido diploma, sendo Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal, responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria governamental, correição, prevenção e combate à corrupção, ouvidoria, transparência, proteção de dados, controle social e apoio ao controle externo na sua missão institucional.

Sua estrutura, de acordo com a LC nº 763/2023, é composta pelo Gabinete do Controlador-Geral e Controlador-Geral Adjunto, e pelas Subcontroladorias-Gerais de Corregedoria e Processos Administrativos e Disciplinares; de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados; e de Auditoria e Controle Interno.



Ao longo do ano de 2023, após a publicação do Decreto nº 25.499/2023, que criou o Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial, foram implantadas na

Administração Direta e Indireta, 21 Controladorias Setoriais, todas orientadas e capacitadas pela CGM de forma contínua, além das 28 Ouvidorias Setoriais já existentes. A estrutura de macrofunções e macroprocessos da CGM Florianópolis pode ser apresentada como segue:



Criada em 2023, tem dentre suas competências, conforme LC nº 736/2023 e art. 74 da Constituição Federal de 1988: comprovar a legalidade e avaliar resultados, quanto à eficácia e eficiência das gestão, promover a apuração de denúncias relativas a irregularidades ou ilegalidades, propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a recorrência de falhas, regulamentar as atividades e matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção, orientar os gestores no desempenho de suas funções e responsabilidades e quanto a assuntos relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, corregedoria e ouvidoria.

A CGM possui a seguinte Missão, Visão e Valores do Controle Interno Municipal:

- **MISSÃO:** Institucionalizar junto ao Poder Executivo Municipal um conjunto de ações e procedimentos integrados, destinados a garantir os direitos constitucionais assegurados a todos os contribuintes, servidores e gestores públicos, por intermédio da realização das atividades de excelência, relacionadas ao Sistema Municipal de Controle Interno em especial as de Auditoria, de Controladoria, de Ouvidoria e de Corregedoria.
- **VISÃO:** Ser uma Controladoria Geral moderna, acessível, orientadora, confiável e referência no seu âmbito de atuação.
- **VALORES:** Ética; Moral; Profissionalismo; Respeito; Responsabilidade; Valorização; e Qualificação dos Recursos Públicos.

A legislação que se identifica com a estrutura do Órgão Central do Sistema Municipal de Controle Interno é muito clara nos seus objetivos e responsabilidades, quais sejam:

- ⇒ - Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano de Metas e no Plano Plurianual;
- ⇒ - Avaliar a execução dos Programas de Governo e dos orçamentos do Município;
- ⇒ - Assessorar na comprovação da legalidade dos orçamentos do Município;
- ⇒ - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial e de pessoal, nos órgãos e nas entidades da administração pública, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado;
- ⇒ - acompanhar as operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Público;
- ⇒ - apoiar ao controle externo no exercício de sua missão institucional;
- ⇒ - examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, qualquer que seja o objetivo, inclusive as notas explicativas e relatórios, de órgãos e entidades da administração direta, indireta, autárquica e fundacional;
- ⇒ - examinar as prestações de contas dos agentes da administração direta, indireta, autárquica e fundacional responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal;
- ⇒ - expedir os atos contendo instruções sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais para a administração pública, setores competentes da CGM e

para as Unidades Gestoras de Apoio Técnico, vinculadas, hierarquicamente, às leis municipais, ao seu Regimento Interno e demais regramentos do Poder Executivo;

⇒ - avaliar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

⇒ - orientar aos gestores do Poder Executivo no desempenho de suas funções e responsabilidades;

⇒ - zelar pela qualidade e pela autonomia do Sistema Municipal de Controle Interno;

⇒ - elaborar e submeter ao Prefeito Municipal, a programação de inspeções e auditorias internas, inclusive com a possibilidade de solicitação de auditorias externas;

⇒ - realizar inspeções e auditorias, sempre que julgar necessário, para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados;

⇒ - despachar aos setores competentes, para avaliação e providências necessárias ao fiel cumprimento da legislação, informações, questionamentos, denúncias, falhas, irregularidades e quaisquer documentos ou qualquer informação recebida;

⇒ - cientificar o Prefeito Municipal, em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada, propondo medidas corretivas;

⇒ - promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas em qualquer órgão ou entidade da administração municipal, dando ciência ao titular do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas, ao interessado e ao titular do órgão ou autoridade equivalente a quem se subordine o autor do ato, objeto da denúncia, sob pena de responsabilidade solidária;

⇒ - realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso perante a administração pública municipal, para exame de regularidade, determinando a adoção de providências, ou a correção de falhas;

⇒ - requisitar aos órgãos ou entidades da administração pública municipal informações e documentos necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos do Controle Interno;

⇒ - requisitar informações ou documentos de quaisquer entidades privadas e servidores municipais que receberam recursos públicos;

⇒ - propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a repetição de irregularidades constatadas;

- ⇒ - regulamentar e desenvolver atividades de correição, de auditoria, de ouvidoria e de outras matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão, no âmbito da administração pública municipal;
- ⇒ - suspender cautelarmente procedimentos licitatórios, até o final do procedimento de apuração, sempre que houver indícios de fraude ou graves irregularidades que recomendem a medida;
- ⇒ - encaminhar à Procuradoria Geral do Município os casos que configurem, em tese, improbidade administrativa e todos aqueles que recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências no âmbito da competência daquele órgão;
- ⇒ - ao Prefeito Municipal o bloqueio da transferência de recursos do tesouro municipal;
- ⇒ - instaurar e acompanhar tomadas de contas especiais; e
- ⇒ - exercer outras atividades inerentes ao Controle Interno.

## 2. Recursos Financeiros e Corpo Técnico da CGMF

A recém-criada Controladoria-Geral do Município conta com um Corpo Técnico composto por 36 pessoas, distribuídos da seguinte forma conforme o tipo de vínculo com a Prefeitura e as áreas da CGM:

Área \ Tipo de Vínculo	Comissionado	Efetivo	Estagiária	Terceirizado	Total Geral
Gabinete CGM	4	3	1		8
Auditoria e CI		6		2	8
Corregedoria PF		8	1	1	10
Corregedoria PJ		3			3
Ouvidoria, Transp. e PD		4	1	1	6
<b>Total Geral</b>	<b>5</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>35</b>

Além dos cargos comissionados de Controlador-Geral, Controlador Adjunto, Assessor Técnico, Assessor Jurídico e Secretariado, bem como de estagiárias e terceirizadas, os 24 cargos ocupados por servidores efetivos do Corpo Técnico estão distribuídos como segue:

Cargos Efetivos na CGM	Quantidade RH
Administradora	1
Assistente Administrativo	7
Assistente Jurídico	1
Auxiliar de Sala	2
Auxiliar Operacional	1
Bibliotecária	3
Contador	2
Economista	1
Enfermeira	1
Motorista	1
Professora	3
Supervisora Escolar	1
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>

Desses 24 efetivos, somente dois servidores não possuem curso superior completo. Porém, 10 dos 24 servidores não são lotados na CGM em definitivo, estando à disposição ou cedidos temporariamente de outras áreas – principalmente da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, vários desses servidores já possuem ou alcançarão tempo para se aposentarem ao longo do próximo ano.

Devido a essa carência de pessoal, uma das primeiras medidas da nova Gestão da CGM a partir de março de 2023 foi o desenvolvimento de um Projeto de Lei Complementar, para criação de uma Carreira própria, inicialmente com 5 Auditores e 5 Analistas de Controle Interno, em cumprimento ao TAC firmado em 2014 pela PMF com o MPSC. O PLC ainda não foi enviado à Câmara de Vereadores, estando em apreciação pelo Comitê Gestor de Governo.

O modelo de carreira proposto segue as boas práticas da Controladoria-Geral da União e da CGE/SC, no sentido de garantir autonomia técnica e independência funcional, por meio de cargos efetivos com perspectiva de progressão a longo prazo via qualificação profissional, uma remuneração compatível com as carreiras de auditoria e fiscalização, como os fiscais fazendários correspondentes, e uma parcela da remuneração atrelada ao alcance de metas e resultados, dividindo-se em metas institucionais gerais da CGM, metas gerenciais de cada Subcontroladoria, e metas individuais pactuadas com cada servidor.

A estrutura de cargos e chefias definida na LC n. 736/2023 dispõe a CGM com 22 funções gratificadas e comissionadas, por áreas e departamentos:

VAGAS	CARGO	PADRÃO	TIPO
1	Controlador-Geral do Município	SEC	Função Comissionada
1	Controlador-Geral Adjunto	ADJ	
1	Assessor Jurídico	ASE-04	
1	Secretário do Controlador	ASE-06	
1	Auxiliar Técnico	ASE-06	
1	Chefe de Departamento Administrativo e Financeiro	FG-03	Função Gratificada de Chefia para Servidores Efetivos
1	Subcontrolador-Geral da Corregedoria e Processos Administrativos e Disciplinares	FG-ESP	
1	Corregedor de Carreiras Singularizadas	FG-07	
1	Chefe de Departamento de Processos Administrativos Disciplinares CLT	FG-03	
1	Chefe de Departamento de PADs Quadro Civil	FG-03	
1	Chefe de Departamento de PADs do Magistério	FG-03	
1	Subcontrolador-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados	FG-ESP	
1	Chefe de Departamento de Ouvidoria Geral	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Gestão e Proteção de Dados	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Transparência e Acesso à Informação	FG-03	
1	Subcontrolador-Geral da Auditoria	FG-ESP	
1	Coordenador de Auditoria	FG-07	
1	Chefe de Departamento de Auditoria Contábil, Orçamentária, Financeira e Tributária	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Procedimentos, Conformidade e Responsabilização	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Licitações, Contratos e Sanções de Empresa	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Atos de Pessoal, Folha de Pagamento e Previdência	FG-03	
1	Chefe de Departamento de Contratos de Gestão, Convênios, Parcerias e OSCs	FG-03	

Para execução de suas atividades, a CGM contou, ao longo de 2023, com a seguinte execução orçamentária e financeira.

<b>Categoria econômica (R\$)</b>	<b>Previsto</b>	<b>Total Orçado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Retido</b>	<b>Pago</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.448.573,00</b>	<b>6.041.803,79</b>	<b>5.189.307,83</b>	<b>5.080.422,45</b>	<b>173.819,36</b>	<b>4.492.728,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.165.984,00	5.581.095,96	4.756.024,63	4.712.346,16	153.503,09	4.184.640,64
Outras Despesas Correntes	282.589,00	460.707,83	433.283,20	368.076,29	20.316,27	308.087,39
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.500,00</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	4.500,00	-	-	-	-	-
<b>TOTAL 2023</b>	<b>3.453.073,00</b>	<b>6.041.803,79</b>	<b>5.189.307,83</b>	<b>5.080.422,45</b>	<b>173.819,36</b>	<b>4.492.728,03</b>

É importante destacar que a atual gestão da CGM se iniciou em março de 2023, tendo utilizado ao longo do primeiro exercício o orçamento previsto antes mesmo da idealização das reformas administrativas operadas por meio da LC n. 736/2023, cuja principal alteração para a CGM foi a incorporação dos servidores pertencentes ao então Departamento de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (DEPPADS), que até 2022 era parte da Secretaria Municipal de Administração. Para 2024, a CGM pactuou com as Secretarias da Fazenda e Governo o seguinte orçamento para a Lei Orçamentária Anual.

<b>ELEMENTO / ITEM</b>	<b>2024 em R\$</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4.450.959,93</b>
31901101 - Pessoal Estatutário	3.939.254,33
31901194 - Pessoal Estatutário – Abono Permanência	153.911,75
31901644 - Pessoal Estatutário – Horas Extras	50.000,00
31901101 - Pessoal Estatutário – PSF	84.893,34
31904601 - Pessoal Estatutário – Auxílio Alimentação	209.672,28
31904601 - Pessoal Estatutário – Auxílio Lanche	13.228,23
<b>Ressarcimento Pessoal</b>	<b>582.379,60</b>
31909601 - Ressarcimento Pessoal Requisitado	582.379,60
<b>Diárias</b>	<b>7.000,00</b>
33901402 - Diárias Secretários Municipais	3.150,00
33901400 - Diárias – Civil	3.850,00
<b>Insumos</b>	<b>6.000,00</b>
33903007 - Gêneros Alimentícios e Correlatos	6.000,00
<b>Estágios e Manutenções</b>	<b>81.729,49</b>
33903969 - Vale Transporte – Estagiários	6.041,24
33903910- Contrato de Agente de Integração de Estágio	27.688,25
33903910 - Contrato de Manutenção Predial	48.000,00
<b>Serviços e Eventos</b>	<b>71.620,00</b>
33903936 - Locação de Veículo Automotor	38.400,00
33903972 - Locação de Equip. Fotocopiadoras	7.800,00
33903915 - Serviços de Correios	420,00
339039xx - Filiação e Inscrições em Cursos e Eventos	25.000,00
<b>Outras Despesas Correntes e Investimentos</b>	<b>141.980,47</b>
33903700 - Locação de Mão de Obra	130.980,47
339052xx - Aquisições / 339092xx- D.E.A.	11.000,00
<b>TOTAL PREVISTO - 2024</b>	<b>5.341.669,49</b>

Tendo em vista restrições orçamentárias e limitações estabelecidas por Lei, o Orçamento inicial aprovado foi inferior ao previsto para as necessidades da CGM, como segue, o que se espera seja objeto de suplementação ao longo do exercício.

	Orçamento Fixado (R\$)	%
<b>TOTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS</b>	<b>3.927.866.445,00</b>	<b>100%</b>
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	4.920.320,00	0,13%

### 3. Subcontroladoria-Geral de Auditoria e Controle Interno

Além das atividades administrativas, orçamentárias e operacionais inerentes ao Controle Interno Municipal, em 2023 foram realizadas várias tarefas no sentido de fortalecer e agregar valor à gestão, dentre as quais podemos citar a orientação e capacitação aos servidores, aos gestores públicos, aos tomadores de recursos e às entidades parceiras do Poder Público Municipal, em especial, quanto às questões de liberação, utilização e prestação de contas de recursos repassados, e também referentes ao controle, transparência e fiscalização dos atos de gestão.

Com vistas à promoção da transparência e do controle quanto à boa e regular aplicação dos recursos públicos, destacam-se as seguintes atividades:

**1** - A participação na análise prévia, concomitante e subsequente de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e chamamentos públicos, a exemplo dos novos editais de O.S. da Saúde, do novo Multihospital, editais de ambulantes do verão, contratações de maior risco e outras ações específicas sob demanda dos gestores;

**2** - A emissão de parecer sobre prestação de contas de contratos de obras e de serviços continuados, firmados com o Poder Público Estadual e Federal;

**3** - A emissão de pareceres em processos de concessões de aposentadorias dos servidores do Município e de instituição de pensões;

**4** - O levantamento, a análise e a emissão de pareceres em prestações de contas referentes a exercícios anteriores, que estavam reprimidas em diversas Unidades Gestoras;

**5** - Envio de respostas, com considerações e documentos, a solicitações do Ministério Público Estadual, Ministério Público de Contas, Controladoria-Geral da União e outros;

**6** - A análise e a emissão de pareceres conclusivos nos processos das prestações de contas apresentadas pelas entidades que receberam recursos financeiros, por meio de subvenções sociais, auxílios, contribuições ou em razão de termos de parcerias;

**7** - Análise e emissão de pareceres conclusivos dos processos das prestações de contas dos recursos repassados a servidores em razão da concessão de diárias e adiantamentos;

**8** - O auxílio efetivo ao Tribunal de Contas do Estado nos processos que envolvem o Controle Interno Municipal, inclusive no tratamento de representações e denúncias;

**9** - O atendimento das solicitações da Câmara Municipal de Vereadores nas questões que envolvem atividades relacionadas com o Controle Interno Municipal, incluindo representações e denúncias;

**10** - O atendimento e encaminhamento das manifestações em questionamentos realizados por cidadãos junto ao Sistema de Ouvidorias e nos Canais de Comunicação com o Cidadão (e-mails, telefone, atendimento presencial e pela plataforma Fala.BR);

**11** - A realização de debates com orientações apresentados via *web* a servidores, unidades e demais órgãos e entidades sobre regras de parcerias em razão do Marco Regulatório das OSC – Organização da Sociedade Civil;

**12** - A participação na realização e apresentação, junto à Câmara Municipal de Florianópolis, das Audiências Públicas referentes aos instrumentos de planejamento: Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e as demais Audiências Públicas referentes ao Cumprimento das Metas Fiscais de 2022 e 2023;

**13** - O acompanhamento, auditoria e fiscalização das OSC por ocasião da celebração de termos de parceria com o Município e demais Órgãos da Administração Pública;

**14** - Visita *in loco* nas OSC que receberam recursos públicos para avaliação da execução dos Planos de Trabalho apresentados e aprovados pelas Unidades Gestoras;

**15**-A participação como membros em Processos de Sindicância, Disciplinares e Termos de Ajustamento de Conduta no exercício de 2023;

**16**-A participação efetiva em Processos Administrativos de Sanção de Pessoas Jurídicas, inclusive pela Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013);

**17** -Coleta e preenchimento de dados em questionários do TCE/SC;

**18** - A disponibilização no Portal da PMF das legislações e atos normativos da Controladoria-Geral, do TCE/SC, da Controladoria Geral da União e do MPSC;

**19**-A elaboração e publicação de novas normas e orientações quanto às atividades de ordem orçamentária, administrativa, financeira, patrimonial, contábil, de recursos humanos e de controle e transparência às Unidades Gestoras do Poder Executivo Municipal;

**20-** Realização de cursos de formação e orientação sobre os processos de análises de prestações de contas voltadas às Unidades Gestoras que repassam recursos, bem como às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que os receberam durante o exercício de 2023; e

**21-** Fiscalização das obras públicas em execução no Município;

**22-** Criação do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial (NCIS), nos termos do art. 18 da Lei complementar nº 736, de 2023.

**23-** Realização de cursos de formação e orientação para a atuação dos membros do NCIS sobre prestação de contas de diárias e adiantamentos e transferências voluntárias, nas seguintes datas: 04/12/2023, 06/12/2023, 07/12/2023, 12/12/2023.

No item “Análise e Emissão de Parecer” por parte da Subcontroladoria Geral de Auditoria e Controle Interno, em Processos de Aposentadorias e de Pensões, Processos de Admissões e Processos de Prestações de Contas dos recursos liberados a entidades a título de subvenções, auxílios, contribuições e outras formas de antecipação de recursos a servidores municipais, como as diárias e adiantamentos, destaque-se que no exercício de 2023 foram analisados ou reanalisados um total de 4.126\* (quatro mil, cento e vinte e seis) processos, somando quase R\$ 98 milhões auditados, sendo:

**1-** 32 Processos de Admissões;

**2-** 404 Processos de Aposentadorias e Pensões;

**3-** 1.043 Processos de Prestações de Contas de Diárias e Adiantamentos; e

**4-** 2.647 Processos de Prestações de Contas de Termos de Parcerias por ocasião de repasses de recursos por subvenções sociais, auxílios e contribuições.

Estes procedimentos de “Análise e Emissão de Parecer” por parte da Equipe Técnica do Controle Interno permitem ao Governo Municipal garantia da correta e regular aplicação dos recursos públicos em razão das necessidades e deficiências dos Gestores das Unidades e das Entidades Parceiras, neste sentido, em respeito ao Marco Regulatório das OSC e em atenção as normas da Instrução Normativa IN N.14/2012, do TCE/SC.

Além das atividades regulares do Controle Interno, por determinação do Prefeito Municipal e do Secretário de Governo, foram instauradas 6 Tomadas de Contas Especiais,

estando 1 em andamento e outros 5 já concluídos – 4 com contas reprovadas e em processo de devolução ao Erário, e 1 concluído com êxito após solução das pendências.

Foi determinada, ainda, a execução de 9 (nove) Auditorias de Acompanhamento, para fins de Consultoria ou de Avaliação de Conformidade e Resultados, como segue:

Órgão	Escopo	N. Auditoria	Status
Instituto de Previdência de Florianópolis (IPREF)	Conformidade dos processos de Aposentadoria e Pensão formalizados em 2023,	01/2023	Concluído Relatório Preliminar.
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte e Fundação Municipal de Esportes	Consultoria e avaliação de conformidade de Projetos Esportivos executados em 2023 e das Prestações de Contas dos projetos realizados entre 2017 e 2023.	02/2023	Concluído Relatório Final.
Secretaria Municipal de Educação	Acompanhamento da aprovação de projetos de obras em unidades escolares, avaliação de conformidade das prestações de contas do projeto Bairro Educador, e acompanhamento.	03/2023	Suspensa, transferida para 2024.
	Acompanhamento da renovação e avaliação de conformidade das prestações de contas do Projeto para Autistas.	08/2023	Concluído Relatório Final.
Secretaria Municipal de Saúde	Acompanhamento e avaliação de conformidade das Prestações de Contas de OSCs entre 2022 e 2023, Auditoria preventiva nos Editais de novas OSC, avaliação de vantajosidade da contratação do Multihospital.	04/2023	Concluídos Relatórios Finais; Conformidade das PCs prorrogada, em Execução.
Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura	Auditoria de Acompanhamento e Avaliação de Conformidade nos controles mantidos sobre o contrato do Consórcio Fênix (transporte coletivo).	05/2023	Prorrogada, em Execução.
Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, bem como na Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM)	Auditoria de Avaliação de Conformidade dos processos de autorização para construção e loteamento, de fiscalização de obras e de fiscalização ambiental.	06/2023	FLORAM Concluído Relatório Final; SHMDU prorrogada, em fase de Relatoria.
SMHDU	Auditoria de Acompanhamento e de Conformidade no Edital de Seleção de Vendedores e postos de venda nas praias – verão 2023-2024.	07/2023	Concluído Relatório Final.
SMG	Consultoria de Avaliação de Riscos sobre os maiores contratos mantidos pelo município.	09/2023	Concluído Relatório Final.

## 4. Subcontroladoria Geral de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados

### 4.1. As 30 Unidades Setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal

O detalhamento das ações da SGTOP é apresentado em documento próprio, qual seja, o Relatório da Ouvidoria-Geral do Município de Florianópolis, emitido nesta mesma data. O Relatório detalha as características das 10.007 demandas recebidas em 2023, por tipo de manifestação, prazos médios de resposta e níveis de satisfação, dentre outros dados, extraídos da Plataforma Fala.BR. O Sistema é utilizado pela Prefeitura desde 2017, sendo integrado a mais de 200 prefeituras catarinenses e mais de 2.000 de todo o país.

Dentre as principais atividades dessa Subcontroladoria, além da Ouvidoria-Geral, pode-se incluir a gestão e supervisão da Transparência Ativa, relativa ao Portal de Transparência do Município, e da Transparência Passiva, que se refere às demandas recebidas por meio de pedidos de acesso à informação, no Serviço de Informação ao Cidadão, cuja versão eletrônica (e-SIC) é integrada à Plataforma Fala.BR.

### 4.2. Transparência Ativa

Ao longo do exercício de 2023, destacam-se dentre as ações realizadas: planejamento do novo site e novo portal de transparência a ser lançado em 2024, revisão e atualização da carta de serviços (de 2.200 para cerca de 550, sendo que aproximadamente 350 são serviços externos, oferecidos diretamente à população), regulamentação de procedimentos das ouvidorias, regulamentação da carta de serviços e do conselho de usuários, estruturação do sistema de ouvidoria do poder executivo municipal, regulamentação do tratamento de manifestações, da proteção ao denunciante, da proteção de dados pessoais e sensíveis.

Também foram conduzidas as seguintes ações em 2023:

- Fiscalização de contrato da empresa responsável pelos dados de contabilidade e compras que compõem o novo Portal de Transparência;

- Relatório de falhas de migração para o novo portal de transparência;
- Acompanhamento do envio das cargas de informações diárias para o Portal Transparência;
- Acompanhamento quanto à publicação das informações de fiscais de contratos e doadores do município, observando o regramento legal e a LGPD;
- Solicitações de informações indisponíveis para as unidades gestoras, como, por exemplo, informações do RH da COMCAP.

#### **4.3. Transparência Passiva**

Além dos 555 pedidos de acesso à informação formalizados à PMF, conforme detalhado no Relatório da Ouvidoria-Geral, em 2023 o Departamento de Transparência também respondeu a diversos questionários enviados por órgãos de Controle Externo sobre o assunto, incluindo Dados Abertos, Transparência Internacional, Rankings de Transparência, Questionário do Sebrae etc.

#### **4.4. Demandas do TCE/SC**

Recebemos 519 Comunicações via TCE Virtual ao longo de 2023, principalmente referentes aos seguintes temas:

- Possíveis irregularidades em Processos Licitatórios;
- Suspensão de Processo Licitatório;
- Processos de Aposentadoria;
- Pagamento de Agente Falecido;
- Concurso Público;
- Falha na remessa de dados sobre Atos Jurídicos (Licitações, Contratos e Status das Obras) e Atos de Pessoal, via e-Sfinge Online.

Essas comunicações foram encaminhadas ao longo do exercício por ofício às Unidades Gestoras competentes com prazo para resposta. Desse total, 469 respostas foram enviadas

ao TCE/SC (aproximadamente 90,4%), das quais 22 estão em andamento no TCE, aguardando análise da área técnica para conclusão (em torno de 4,2%).

Ao final do ano, constavam pendentes de resposta nas Unidades Gestoras 28 comunicações (cerca de 5,4%).

#### **4.5. Reuniões e treinamentos das Ouvidorias Setoriais**

- Capacitação no sistema e-Pad, colocando a Ouvidoria-Geral de Florianópolis na vanguarda do registro das denúncias recebidas pelo Fala.BR;
- Capacitação dos novos Ouvidores Setoriais nomeados.
- Encontros mensais com atualizações regulamentares e procedimentais necessárias à continuidade do bom atendimento pelos ouvidores, dentre elas:
- Atualização sobre o Decreto 25.208/2023;
- Atualização sobre o Decreto 25.240/2023;
- Capacitação sobre recebimento e encaminhamento de denúncias;
- Capacitação com objetivo de qualificar as respostas de manifestações de ouvidoria, evitando respostas-padrão insatisfatórias à demanda inicial;
- Treinamentos sobre a Carta de Serviços;
- Treinamento de transparência para representantes dos Conselhos Municipais.

#### **4.6. Proteção de Dados**

- Decreto de regulamentação da LGPD:
- Programa e Plano de Adequação à LGPD: elaborado e publicado no Diário Oficial de 20/10/2023 (Portaria n. 132/CGM/2023), que:
  1. formaliza o Programa Municipal de Adequação à Proteção de Dados, com seus 07 eixos de atuação;
  2. estabelece o Projeto Piloto (CGM, IPREF e SMS);

3. descreve as principais ações voltadas ao alcance da conformidade do Poder Executivo Municipal com a LGPD;
  4. apresenta cronograma de execução das ações;
  5. busca conscientizar a todos sobre a importância deste processo.
- O Programa Municipal de Adequação à Proteção de Dados tem 07 eixos:
    1. Normatização
    2. Diagnóstico Inicial
    3. Capacitação e Sensibilização
    4. Instrumentalização
    5. Mapeamento
    6. Gestão de Riscos
    7. Monitoramento

#### **4.7. Fórum de Proteção de Dados dos Municípios**

- Participação, representando a CGM de Florianópolis, no Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios - <https://municipioslgpd.com.br/>
- O Fórum contempla 430 municípios com mais de 80 mil habitantes do Brasil. Além de Porto Alegre, a diretoria atual tem vice-presidentes de Brasília, Maceió, Manaus e São Paulo.
- O objetivo é a troca de experiências e auxílio mútuo nas ações de adequação dos municípios à LGPD. O Fórum realiza eventos presenciais semestrais e Webinários ao longo de todo o ano.
- Em 2023 a CGM Florianópolis esteve presente nos encontros presenciais realizados em Porto Alegre (abril/23) e São Paulo (ago/23). Também integra o Grupo de Trabalho do Fórum intitulado “Diálogos entre Proteção de Dados e Recursos Humanos”.

## 5. Subcontroladoria Geral de Corregedoria e Processos Disciplinares

Com a criação da Controladoria-Geral em 02 de janeiro de 2023 e o início da nova gestão em meados de março de 2023, dentre as principais mudanças da reforma administrativa operadas por meio da LC n. 736/2023, foi a incorporação dos servidores e das competências pertencentes ao ex-Departamento de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (DEPPADS), que até 2022 era parte da Secretaria Municipal de Administração.

Com base nessa alteração estrutural, a equipe de execução dos Processos de Sanção de Pessoas Jurídicas foi reforçada, e foi formalizada adesão da CGM ao sistema ePAD, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para apoio aos processos da atividade correcional do poder executivo federal, e que em 2023 passou a ser oferecido gratuitamente aos municípios, a exemplo da plataforma Fala.BR, utilizada pela Ouvidoria.

A partir de 1º de junho de 2023, a CGM iniciou a migração dos procedimentos que até então eram físicos (em papel) para o sistema ePAD, totalmente digitalizado e on-line. As áreas da CGM foram criadas como Unidades Correcionais, conforme suas respectivas competências apuratórias, sejam de corregedoria relacionadas a condutas de pessoas físicas, sejam de sanção de pessoas jurídicas ou de apuração de atos de gestão e processos de ressarcimento ao Erário.

Até 31 de dezembro, foram registradas no ePAD 307 demandas por apuração, sejam provenientes de denúncias de cidadãos por meio da plataforma Fala.BR, de representações advindas de órgãos de controle como PMSC e TCE/SC, ou de Vereadores, independentemente de sua posição partidária. A distribuição das apurações pelas Unidades ao final do exercício foi a seguinte:

TIPO DE ANÁLISE	Controladoria-Geral do Município de Florianópolis	Corregedoria de Sanção de Pessoas Jurídicas	Subcontroladoria-Geral de Auditoria	Subcontroladoria-Geral de Corregedoria e PADs	TOTAL GERAL
Admissibilidades	47	64	12	184	307

No sistema ePAD, a CGM equivale à “porta de entrada” das demandas apuratórias, sendo onde se processam as Análises de Admissibilidades, à exceção daquelas já identificadas como restritas a condutas individuais de agentes, sujeitos ao estatuto disciplinar do servidor público. Após a admissibilidade, havendo indícios mínimos de autoria e materialidade para apuração, cada caso é distribuído à área de apuração competente, conforme seu conteúdo.

O juízo de admissibilidade é procedimento preliminar desenvolvido pelas unidades de apuração da Controladoria-Geral do Município, a partir do recebimento da denúncia, representação ou comunicação de suposto ilícito funcional ou de suposto ato lesivo cometido por pessoa jurídica contra a Administração Pública, com o objetivo de subsidiar a decisão da autoridade competente para a instauração do procedimento correccional acusatório porventura cabível. Deve ser concluído em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da demanda, e compreende a análise inicial da comunicação de irregularidade, a obtenção de outros elementos de prova diretamente pelo setor e a emissão de Nota Técnica de Admissibilidade, contemplando: (a) uma análise conclusiva sobre a suficiência dos elementos de autoria e de materialidade da suposta infração legal cometida por servidor/empregado público ou ente privado, e (b) a indicação das providências a serem adotadas para o adequado tratamento da matéria.

A Tabela a seguir apresenta uma síntese das Admissibilidades tramitadas por Unidade de Apuração (UAP) em 2023:

<b>Unidade de Apuração (UAP)</b>	<b>Concluído</b>	<b>Em Andamento</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
Controladoria-Geral do Município de Florianópolis	23	24	<b>47</b>
Corregedoria de Sanção de Pessoas Jurídicas	1	63	<b>64</b>
Subcontroladoria-Geral de Auditoria	2	10	<b>12</b>
Subcontroladoria-Geral de Corregedoria e PADs	41	143	<b>184</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67</b>	<b>240</b>	<b>307</b>

Além da Análise de Admissibilidade, foi implementado o procedimento de Investigação Preliminar Sumária (IPS), de caráter preparatório, informal e de acesso restrito aos setores de apuração da CGM, que deve ser concluído em até 60 (sessenta) dias após o juízo de admissibilidade, tendo por objetivo realizar diligências, reuniões prévias e outras medidas

necessárias para coletar elementos de informação acerca da autoria e materialidade, com vistas a oferecer subsídios à decisão da autoridade competente, quanto à necessidade de instauração do devido processo correcional acusatório.

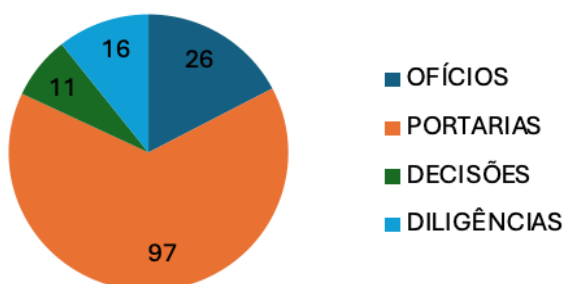
Das 307 demandas por apuração ocorridas ao longo de 2023, a grande maioria refere-se à apuração disciplinar de agentes públicos (pessoas físicas – PF). A Corregedoria de PF iniciou 2023 com 148 procedimentos, entre preliminares (admissibilidade), investigativos (IPS, Sindicância, TAC e acusatórios (PADs), sendo 34 deles do tipo PAD ou Sindicância. Ao longo do ano foram mais 133 demandas, totalizando 281 procedimentos apuratórios, dos quais 97 foram apurados na íntegra, como segue:

Estoque 2022	Entradas até 31/12/2023	Demanda	Apurações em 2023	Saldo Final
148	133	281	97	184

Dentre os 34 processos abertos antes de 2023 e os instaurados o período, foram concluídos no exercício 13 procedimentos, sendo 1 PAD, 9 TACs e 3 Sindicâncias. No total, os Departamentos de Processos Administrativos do Quadro Civil, CLT e Magistério tramitaram 50 procedimentos em 2023, sendo eles:

PAD em andamento	8
Sindicâncias em andamento	3
TACs Exitosos	9
TACs Arquivados - Perda de Objeto	24
TACs Arquivados - Após Diligência	4
Casos Encaminhados para PAD/SIND	2

Além das Notas Técnicas de Admissibilidade, a área administrativa da Corregedoria de PF formalizou, ao longo de 2023, os seguintes quantitativos de documentos emitidos:



Já a área responsável pela corregedoria de PJ alcançou em 2023 a seguinte produção:

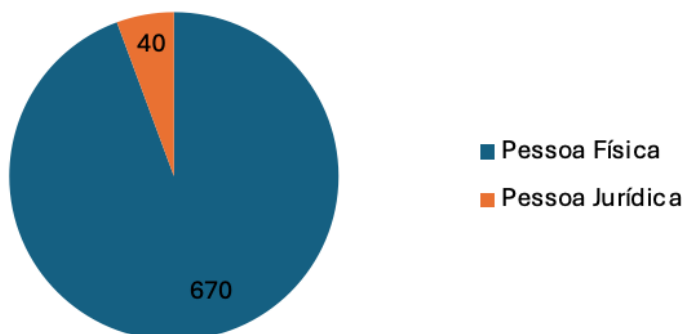
INDICADOR	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Emissão de Guias	Recolhimento de Multa – inscritos R\$ 1.348.258,32	10
Recursos	Análise/Revisão	05
<b>Relatórios</b>	<b>Relatório Final</b>	<b>08</b>
<b>Reuniões/Atas</b>	<b>Comissão/Setorial</b>	<b>23</b>
<b>Análises no ePAD</b>	<b>Acusatório/Admissibilidade</b>	<b>45</b>
<b>Decisões</b>	<b>Análise/Revisão</b>	<b>11</b>
<b>Extratos emitidos</b>	<b>Decisão em Processo de Sanção</b>	<b>15</b>
Ofícios emitidos	Empresa/Secretaria de origem/PGM/Órgãos Externos	28
Portarias emitidas	Instauração/Sobrestamento/Substituição de membro	15
Processos a Instaurar	Reinstaurados/ Admissibilidade	20
<b>Processos Instaurados</b>	<b>Em instrução, Relatório ou Defesa</b>	<b>47</b>

Dentre os principais assuntos objeto de demandas por apuração no ano de 2023, podem ser destacados os que seguem, em ordem de frequência:

ASSUNTO	Frequência/Ano
1. Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	33
2. Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	30
3. Ausência ou impontualidade ao serviço	23
4. Comportamento inidôneo	22
5. Favorecimento próprio ou de terceiros	13
6. Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	12
7. Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	7
8. incontinência pública	6
9. Assédio moral	6
10. manifestação de apreço ou despreço	6
11. Falta de urbanidade	6
12. conduta escandalosa	6
13. Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	6
14. Assédio Sexual	5
15. Desrespeito ao sigilo de informações	4
16. Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	4

No total, a equipe da Subcontroladoria-Geral de Corregedoria e PADs participou de aproximadamente 710 horas de treinamento e capacitação, incluindo a instauração e instrução de processos disciplinares e de sanção de PJ, e a utilização da ferramenta ePAD.

#### HORAS de Capacitação: PJ + PF



## 6. Núcleo Anticorrupção e Programa de Integridade e Compliance

O Núcleo Anticorrupção (NAC) da PMF foi criado pela Secretaria Municipal da Casa Civil no final de 2022, por meio do Convênio nº 2022TN002336, firmado com a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC). Ao longo de 2023, a Controladoria-Geral do Município assumiu a coordenação operacional do Convênio, e o NAC foi estruturado sob a coordenação da Casa Civil, sendo composto principalmente por representantes da CGM e SMCC, bem como das Secretarias Municipais de Governo, do Gabinete do Prefeito, da Procuradoria-Geral, da Segurança e Ordem Pública, da Administração, e de Licitações, Contratos e Parcerias.

O NAC realiza reuniões periódicas (em 2023 foram 10) para discussão e deliberação de temas estratégicos e com alto risco, casos concretos de denúncias à CGM ou ao Núcleo, medidas preventivas, detectivas e corretivas anticorrupção, propostas de exoneração de agentes e oitiva de testemunhas eventualmente envolvidas em situações potencialmente irregulares. São produzidas atas, mantidas em caráter reservado nos termos da Lei, em função de investigações em andamento no âmbito da CGM, da Polícia Civil e do MPSC.

Em setembro de 2023, o NAC estruturou um Grupo de Trabalho Operacional (GTO-NAC) coordenado pela CGM, que alavancou as atividades de investigação, auditoria e corregedoria, bem como permitiu uma articulação muito mais próxima entre Os Gestores da Prefeitura, o NAC, a CGM e a PCSC. Como resultado, aquelas apurações em que se evidenciam indícios de crime ou improbidade são remetidas à Polícia Civil.

Foram 30 casos identificados e enviados pela CGM, cujas apurações administrativas foram sobrestadas até a conclusão das investigações policiais. Outros 22 casos foram enviados à PCSC após demanda à CGM, totalizando 52 casos encaminhados para composição de inquérito, dentre os quais diversos seguem em investigação, alguns de modo articulado entre CGM, PCSC e MPSC. Por esse motivo, os assuntos dos procedimentos enviados não são aqui detalhados, para não prejudicar eventuais investigações em andamento.

O Convênio também prevê a realização de cursos e eventos de capacitação profissional, tendo sido planejados quatro cursos, três específicos para a CGM ainda pendentes, e um geral para a Prefeitura, este realizado em junho de 2023 na ACADEPOL, com a presença de cerca de 220 servidores municipais.

## 7. Principais Melhorias e Resultados de 2023

A criação da Controladoria Geral do Município de Florianópolis segundo o “modelo CGU” apresentado no início deste Relatório, e o consequente fortalecimento sistêmico de sua estrutura institucional, são medidas que têm grande potencial para proporcionar uma economia de recursos muito superior aos seus custos, além de melhorias concretas e mensuráveis na gestão do patrimônio, das políticas públicas e dos recursos aplicados, e na qualidade dos serviços prestados.

Já em seu primeiro ano de vida, a CGMF proporcionou o lançamento de benefícios financeiros da ordem de R\$ 2,9 milhões com registro de receitas provenientes de multas e reembolsos. Esse valor já seria suficiente para cobrir cerca de 62% de seu custeio financeiro de 2023. Para isso, a principal melhoria processual foi a geração da guia de cobrança do débito e notificação ao devedor pela própria CGM ao final do processo apuratório.

A nova gestão da CGM implementou uma visão profissional e estratégica, o que proporcionou uma série de melhorias decorrentes da criação e implementação da Política de Integridade e Compliance, da Política de Proteção de Dados e da Política de Proteção ao Denunciante no município. O reforço do Sistema de Integridade e Compliance iniciou-se com a regulamentação do trâmite das denúncias e manifestações e centralização das denúncias na Ouvidoria-Geral, para envio ao Gabinete, que procede à análise de admissibilidade, complementa informações e distribui a apuração para a área mais adequada, agilizando o ciclo anticorrupção. A Política de Integridade concretizou-se com o Decreto n. 25.322/2023, tendo sido emitidas 07 Notas Técnicas e 04 Notas de Compliance ao longo de 2023. Também foram sistematizados procedimentos de Gestão de Riscos em 07 editais revisados previamente à homologação da licitação (2 do Esporte, 3 da Saúde, 1 de Software e 1 de Estacionamento Rotativo) e nos 20 maiores contratos do município.

Um exemplo da **eficiência e eficácia do ciclo anticorrupção** criado em 2023, foi uma denúncia anônima que reportou à CGM um servidor ingresso no serviço público municipal com diploma falso de doutorado. O procedimento foi instaurado e concluído ainda no mesmo

ano da denúncia, e o servidor foi demitido, o que gerou também outra exoneração supostamente pelo mesmo motivo, com economia de mais de R\$ 10 mil mensais.

Outro indicador de **melhoria** implementada pela CGM é a ampliação da participação social na governança municipal, por meio da estruturação de comitês e comissões, a maioria composto por servidores efetivos de carreira, envolvidos na prevenção e combate à corrupção, na melhoria do controle, da transparência e da eficiência da gestão do Governo Municipal. Dentre essas melhorias, destacam-se: a operacionalização do Núcleo Anticorrupção (NAC) e do Grupo de Trabalho Operacional (GTO/NAC), composto por 12 servidores provenientes de 9 órgãos municipais; a implementação do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial, com 21 servidores efetivos nomeados; a coordenação de 28 ouvidorias setoriais que compõem o SISOUV, também composta exclusivamente por servidores efetivos.

Além desses, a CGM coordena, ainda, o Comitê Gestor da Carta de Serviços, com 11 membros, e as Comissões Permanentes de Gestão de Dados Pessoais e de Dados Sensíveis, com 5 membros cada e respectivos suplentes, além da Comissão Permanente de Integridade e Compliance (CPIC), responsável pela elaboração do primeiro Plano Municipal de Integridade e Compliance. Dessa forma, desde 2023, o Poder Executivo Municipal de Florianópolis vem estruturando um **Sistema Institucional de Integridade e Compliance**, composto por um órgão central (CGM) que coordena 6 instâncias temáticas (GTO/NAC, SisOuv, NCIS e 4 Comissões), atuando em rede. Em 2024 deve-se chegar a 132 agentes envolvidos com Integridade diretamente, a grande maioria servidores efetivos.

Também houve implementação de melhorias nos controles internos administrativos e primários, com a proposição de regulamentação ou atualização normativa sobre uso da frota municipal, diárias, parcerias, patrocínios e controle de produtividade dos servidores. A CGM tem implementado, ainda, parcerias com universidades, visando o fortalecimento do sistema de controle, por intermédio da execução de projetos de pesquisa com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. O primeiro de 8 projetos de parcerias em andamento para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, já está em fase final, tendo sido produzido um novo Manual de Fiscalização Contratual, a ser lançado em 2024.

Quanto às medidas de institucionalização da CGM, os quadros a seguir apresentam uma síntese dos principais produtos da CGM em 2023, incluindo os normativos propostos por assunto, os eventos de treinamento e cursos realizados, as parcerias firmadas e as redes com as quais a CGM mantém Acordo de Cooperação Técnica sem custo.

<b>Normativos Propostos</b>	<b>Data Publicação</b>	<b>Assunto (Ementa)</b>
DECRETO Nº 25.208	15 de maio de 2023	INSTITUI E REGULAMENTA O SISTEMA DE OUVIDORIA E DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.
DECRETO N. 25.239	29 de maio de 2023	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
DECRETO Nº 25.240	29 de maio de 2023	REGULAMENTA O RECEBIMENTO, TRATAMENTO E RESPOSTA ÀS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELO SISTEMA DE OUVIDORIA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DECRETO Nº 25.322	20 de junho de 2023	INSTITUI O PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DECRETO N. 25.439	08 de agosto de 2023	DISPÕE SOBRE A CARTA DE SERVIÇOS, A AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS, A SIMPLIFICAÇÃO E MELHORIA DE PROCEDIMENTOS E O CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
DECRETO N. 25.497	25 de agosto de 2023	REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 13.709, DE 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DECRETO N. 25.621	11 de outubro de 2023	ALTERA O DECRETO N. 25.499, DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO SETORIAL, NOS TERMOS DO ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR N. 736, DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
*INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1	8 de maio de 2023	DISPÕE SOBRE O CONTROLE E REGISTRO DE SAÍDAS IRREGULARES DE CAIXA E INSCRIÇÃO EM RESPONSABILIDADE.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01	03 de outubro de 2023	INSTITUI E REGULAMENTA O USO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS OU RECURSOS TECNOLÓGICOS SIMILARES PARA COMUNICAÇÃO DE ATOS EXTRAPROCESSUAIS E PROCESSUAIS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02	07 de novembro de 2023	ESTABELECE O MODELO PADRÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS ENTRE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER PÚBLICO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03	20 de novembro de 2023	REGULAMENTA A COMISSÃO PERMANENTE DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE CPIC
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04	19 de dezembro de 2023	REGULAMENTA AS COMPETÊNCIAS E O FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO SETORIAL, NOS TERMOS DO ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 736/2023 E DO ART. 11 DO DECRETO Nº 25.499, DE 29 DE AGOSTO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05	19 de dezembro de 2023	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE SELETIVIDADE QUE VISA PADRONIZAR O TRATAMENTO E A SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES, PROCESSOS E REGISTROS, ESTABELECENDO CRITÉRIOS OBJETIVOS E PESOS DESTINADOS A GERAR UM ÍNDICE QUE PERMITA CLASSIFICAR, HIERARQUIZAR E PRIORIZAR AS AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, AUDITORIA, OUVIDORIA E CORREGEDORIA DA CGM.
Projeto de Lei Complementar	Aguarda CGG	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO E DO ANALISTA DE CONTROLE INTERNO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Projeto de Lei Complementar	Em revisão final	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº. 063, DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Projeto de Lei	Em trâmite na Câmara de Vereadores	INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO EM FLORIANÓPOLIS, INSTITUI O PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E GOVERNO ABERTO DE FLORIANÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dentre as parcerias firmadas e as redes com as quais a CGM mantém Acordo de Cooperação Técnica sem custo, formalizadas em 2023, destacam-se:

<b>Parcerias / Redes</b>	<b>Data da Assinatura ou Adesão</b>	<b>Assunto / Objeto / Objetivo</b>
Rede Nacional de Corregedorias	05/04/2023	Adesão ao Programa de Fortalecimento de Corregedorias - PROCOR, coordenado e implementado pela Corregedoria-Geral da União, por meio do presente Termo, incluindo adesão à Rede Nacional de Corregedorias e ao uso do sistema eletrônico e-PAD.
Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE/SC)	13/07/2023	Estabelecer mecanismos de cooperação entre CGM e a CGE, visando ao intercâmbio de informações técnicas, acesso a sistemas informatizados e bases de dados, desenvolvimento de projetos e ações na área do controle interno governamental, auditoria, correição, ouvidoria, transparência e realização de cursos e treinamentos para servidores.
Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI)	15/09/2023	Receber e compartilhar capacitações sem custo adicional, assim como intercambiar experiências, boas práticas e viabilizar benchmarking com Controladorias dos Estados, das Capitais e com a Controladoria-Geral da União.
Controladoria-Geral da União (CGU)	04/10/2023	Estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a CGU e a CGM, visando ao intercâmbio de informações técnicas, acesso a sistemas informatizados e bases de dados, desenvolvimento de projetos e ações na área do controle interno governamental, auditoria, correição, ouvidoria, transparência e realização de cursos e treinamentos para servidores.
Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada	19/10/2023	fomentar, fortalecer e coordenar as atividades de promoção da integridade privada executadas por seus aderentes, especialmente as atividades de responsabilização de pessoas jurídicas, celebração de acordos de leniência e fomento à integridade privada, no contexto de aplicação da Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), da Lei Geral de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/2021) e outras normas de relevância para o tema
Controladoria-Geral do Município de São Paulo (CGM/SP)	Aguardando assinatura do responsável da CGM/SP	Mútua cooperação entre os partícipes para o compartilhamento e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos, com a finalidade específica de viabilizar a utilização, pela CGM-FLORIANÓPOLIS, do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Município de São Paulo –SISPATRI, de autoria da PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de São Paulo.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	23/10/2023	Promover aproximação institucional com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão (PPGCG), na linha de pesquisa em “Planejamento e Controle de Gestão”, com seis eixos de aplicação: Formação Básica, Formação Estratégica, Formação em Governança e Compliance, Formação Comportamental, Formação Técnica e Formação Integrada, permitindo participar como apoiador institucional na elaboração de pesquisas, como parte das ações estratégicas que o PPGCG tem realizado para incrementar seu impacto na Sociedade.
Comissão de Ética Pública do Poder Executivo Federal	11/11/2023	Promover ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações, tecnologias e metodologias relativas: (i) à governança e ao modo de funcionamento das Comissões responsáveis por garantir a ética e as regras de comportamento que devem permear a Administração Pública e a atuação de seus agentes; etc.

Dentre os principais treinamentos, capacitações, cursos e eventos ofertados em 2023 pela CGM, sem nenhum custo financeiro, e que contaram com a participação de servidores da Controladoria ou de outras áreas da PMF, destacam-se:

Assunto	Data	Participantes
Curso de Auditoria baseada em Riscos	Maio a Setembro de 2023, encontros semanais e quinzenais	8 x 8 encontros
Encontro mensal de Ouvidorias Setoriais da PMF	Abril a Dezembro de 2023, na segunda semana do mês.	32 x 9 encontros
Treinamento sobre uso do sistema ePAD aos servidores da Corregedoria e membros de comissões	Junho a Dezembro de 2023, cerca de 1 encontro mensal	16 x 6 encontros
Curso de Processos Administrativos Disciplinares	19 a 22/06/2023	12
Análise de Prestações de Contas de Parcerias no Sistema Bússola	07 e 08/08/2023	19
	21 e 22/08/2023	18
Seminário Boas Práticas Digitais e Probidade no Serviço Público	25/08/2023	220
Oficina de Elaboração da Carta de Serviços	05/09/2023	57
	25/09/2023	44
Gestão e Fiscalização de Contratos	14/09/2023	220
Encontro Regional de Corregedorias da Região Sul-Sudeste	17 e 18/09/2023	10
Encontro da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada	18 e 19/09/2023	5
Curso de Introdução à LGPD	01/11 e 24/11/2023	21
Encontro Regional do Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal - Região Sul-Sudeste	09 e 10/11/2023	4
Treinamento Continuado aos membros do Núcleo de Controle Interno Setorial	10/11/2023 e 04/12/2023	21 x 2 encontros

As principais ações e resultados da CGM ao longo de 2023 foram apresentadas nos Informativos Bimestrais, em anexo a este Relatório, contendo notícias, fotos e dados publicados durante o exercício.

## 8. Conformidade e Eficiência da Gestão Municipal

### DOS PARECERES

Em atenção ao artigo 7º da Instrução Normativa N.TC-0020/2015, o Órgão Central de Controle Interno se manifesta quanto ao atendimento do disposto no regramento citado:

**1** - Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme artigo 27, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, foi expedido Ofício I 00030367/2024, de 15 de fevereiro de 2024, à Secretaria Municipal de Educação Órgão responsável pelo documento. O documento ora encaminhado requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o dia 30/03/2024, para que o mesmo seja enviado por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC - 020/2015.

**2** – Parecer do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, previsto no art. 1º, caput, e § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pleito requerido à Secretaria Municipal de Saúde pelo Ofício I 00037363/2024, de 21 de fevereiro de 2024. O documento acima mencionado requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o fim do mês de março, para que o mesmo seja enviado por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC - 020/2015.

**3** – Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no artigo 88, inciso II, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos, solicitação realizada à Secretaria Municipal de Assistência Social por intermédio do Ofício I 00037263/2024, de 21 de fevereiro de 2024. O documento descrito acima, requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o fim do mês de março, para que o mesmo seja enviado por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC - 020/2015.

**4** – Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no artigo 16, IV, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, decorrente de avaliação da prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a verificação do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 30 da mesma lei, solicitação feita à Secretaria Municipal de Assistência Social através do Ofício I 00037263/2024, de 21 de fevereiro de 2024. O documento descrito acima, requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o fim do mês de março, para que o mesmo seja enviado por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC - 020/2015.

**5** – Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no artigo 18 da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, resultante da avaliação da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e do relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos termos do art. 19 da mesma lei, solicitação realizada à Secretaria Municipal de Educação através do Ofício I 00037341/2024, de 21 de fevereiro de 2024. O ofício acima mencionado, requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o fim do mês de março, para que o mesmo seja enviado por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC- 020/2015.

**6** – Parecer do Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, relativo à existência e execução de políticas voltadas à pessoa idosa, solicitação encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social por meio do Ofício I 00037263/2024, de 21 de fevereiro de 2024. O documento ora encaminhado, requer a entrega deste Parecer ao Controle Interno até o fim do mês de março, para envio por este Órgão ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo previsto na IN-TC-0020/2015.

## **DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO**

A avaliação da observância dos limites e das condições para realizar e acompanhar o comportamento das admissões, demissões, exonerações e das aposentadorias tem influências diretas nas despesas totais, com pessoal e encargos sociais, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, também, papel inerente ao Controle Interno.

A título comparativo, apresentamos abaixo demonstrativos consolidados da movimentação total de pessoal, considerando os entes, PREFEITURA, COMCAP e IPREF nos exercícios de 2022 e 2023.

QUADRO DE PESSOAL				
Tipo de Vínculo	Posição em 31/12/2022		Posição em 31/12/2023	
	Quant.	%	Quant.	%
<b>1 - PMF</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Efetivos	6.887	42,73	6.810	37,72
CLTs	483	3,00	471	2,61
Comissionados	402	2,49	423	2,34
*ACT's	2.755	17,09	3.279	18,16
Estagiários	-	-	467	2,59
Outros (Cedidos, Cons.Tut. e Res.Médica)	-	-	788	4,36
<b>Subtotal PMF</b>	<b>10.527</b>	<b>65,32</b>	<b>12.238</b>	<b>67,78</b>
<b>2 - COMCAP</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
CLTs	1.378	8,55	1.481	8,20
Comissionados	2	0,01	1	0,01
*ACT's	206	1,28	165	0,91
<b>Subtotal COMCAP</b>	<b>1.586</b>	<b>9,84</b>	<b>1.647</b>	<b>9,12</b>
Inativos/Pensionistas	4.004	24,84	4.171	23,10
<b>Subtotal Inativos/Pensionistas</b>	<b>4.004</b>	<b>24,84</b>	<b>4.171</b>	<b>23,10</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16.117</b>	<b>100,00</b>	<b>18.056</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Administração – Folha de Pagamento. \*Admitidos em caráter temporário.

Ressaltamos que medidas de austeridade e prudência no gasto público, adotadas pela Administração Municipal em exercícios anteriores, continuaram em 2023, pois fazem parte de um processo contínuo de equilíbrio constante das contas públicas.

Dentre as variações mais importantes no exercício de 2023, os dados apontam um pequeno aumento na proporção de ACT's da Prefeitura em relação ao total de servidores (cerca de 1%), além da inclusão de estagiários e outros tipos de vínculo, como cedidos, residência médica etc. (quase 7%). Também houve um aumento no quantitativo de efetivos na COMCAP, embora isso não tenha afetado sua proporção em relação ao corpo de pessoal total. A elevação do número de pessoas para pouco mais de 18mil deveu-se, assim, principalmente aos ACT's da PMF e à inclusão dos postos não computados em 2022.

## DA GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Em destaque os principais Instrumentos de Planejamento Municipal:

### 1 – DO PPA

O PPA - Plano Plurianual para o período 2022 a 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 10.781, de 01 de junho de 2021, publicada no DOEM – Diário Oficial Eletrônico do Município do dia 01 de junho de 2021, edição n. 2956.

## **2 – DA LDO**

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, aprovada pela Lei Municipal nº 10.905, de 26 de julho de 2022, publicada no DOEM – Diário Oficial Eletrônico do Município do dia 26 de julho de 2022, edição n. 3243.

## **3 – DA LOA**

A LOA - Lei Orçamentária Anual de 2023, aprovada pela Lei Municipal nº 10.945, de 21 de dezembro de 2022, publicada no DOEM – Diário Oficial Eletrônico do Município do dia 21 de dezembro de 2022, edição n. 3343.

Apresentamos a seguir a composição geral do Orçamento Municipal do exercício de 2023 em relação à alocação dos recursos orçamentários.

O Valor Total Orçado (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) para o exercício de 2023 foi de R\$ 3.745.437.915 (três bilhões, setecentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e quinze reais), sendo 62,20% desse total originários de Recursos Próprios do Município (IPTU, ISS, taxas, contribuições e demais transferências), somando R\$ 2.329.812.346 (dois bilhões, trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e quarenta e seis reais).

Em contrapartida o valor originário de Recursos Vinculados (provenientes do Governo Federal, Estadual, os originários de Empréstimos Internos e Externos, bem como, receitas provenientes de Convênios, dentre outras) foi previsto no total de R\$ 1.415.625.569 (um bilhão, quatrocentos e quinze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais), correspondendo a 37,80% dos recursos totais orçados.

Ao compararmos os valores totais orçados (dotação inicial) do exercício de 2023 de R\$ 3.745.437.915 aos valores totais de 2022, de R\$ 2.827.813.561, verifica-se um acréscimo nas receitas na ordem de 32,45%.

Vale destacar que o Orçamento da Seguridade Social disposto na Lei Orçamentária do exercício de 2023 (dotação inicial), referente aos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo os Fundos, as Fundações e as Autarquias, foi de R\$ 1.171.285.643, sendo: R\$ 660.806.948, originários de Recursos Próprios, correspondendo a 56,42%, e R\$ 510.478.695 oriundos dos Recursos Vinculados (Contribuições Previdenciárias), que equivale a 43,58%.

#### 4 – DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O Poder Executivo Municipal editou em 2023 o Decreto nº 24.624, de 09 de janeiro de 2023, publicado no DOEM do dia 11 de janeiro de 2023, edição n. 3358, determinando medidas de Limitação de Empenhos e Movimentação Financeira junto ao Orçamento Anual de 2023, na ordem de R\$ 423.207.476 (quatrocentos e vinte e três milhões, duzentos e sete mil e quatrocentos e setenta e seis reais), correspondendo a 21,46% dos recursos próprios alocados no orçamento financeiro de 2023.

#### DA COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DE 2023

A composição do Orçamento de 2023 em relação à Receita Total, estava assim disposta:

#### 1 – DA RECEITA TOTAL

##### 1.1 – DA RECEITA TOTAL DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - TODAS AS FONTES

<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 3.074.158.536,00</b>	<b>82,08%</b>
Receitas Tributárias	R\$ 1.617.753.771,00	43,19%
Receitas de Contribuições	R\$ 190.781.359,00	5,09%
Receitas Patrimoniais	R\$ 92.112.585,00	2,46%
Receita de Serviços	R\$ 1.895.335,00	0,05%
Transferências Correntes	R\$ 1.030.623.219,00	27,52%
Outras Receitas Correntes	R\$ 140.992.267,00	3,76%
<b>2 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 365.478.937,00</b>	<b>9,76%</b>
Contribuições	R\$ 365.478.937,00	9,76%
<b>3 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>R\$ -</b>	<b>0,00</b>
(IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA)	R\$ -	0,00
(DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES)	R\$ -	0,00
<b>4 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 305.800.442,00</b>	<b>8,16%</b>
Operações de Créditos	R\$ 191.990.000,00	5,13%
Transferências de Capital	R\$ 113.810.442,00	3,04%
Outras Receitas de Capital	R\$ -	0,00
<b>5 -TOTAL GERAL – DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>R\$ 3.745.437.915,00</b>	<b>100%</b>

##### 1.2 – DA RECEITA TOTAL ARRECADADA - TODAS AS FONTES

Para efeitos comparativos, descrevemos abaixo os valores das receitas efetivamente arrecadadas no exercício de 2023:

<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 3.119.350.898,05</b>	<b>91,85%</b>
Receitas Tributárias	R\$ 1.722.766.175,01	50,73%
Receitas de Contribuições	R\$ 195.107.487,27	5,75%
Receitas Patrimoniais	R\$ 94.123.173,43	2,77%
Receita de Serviços	R\$ 1.817.834,29	0,05%
Transferências Correntes	R\$ 1.040.577.515,35	30,64%
Outras Receitas Correntes	R\$ 64.958.712,70	1,91%
<b>2 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 202.941.570,90</b>	<b>5,98%</b>
Contribuições	R\$ 202.941.570,90	5,98%
<b>3 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 73.767.189,82</b>	<b>2,17%</b>
Operações de Créditos	R\$ 58.972.891,12	1,74%
Transferências de Capital	R\$ 13.643.354,40	0,40%
Alienação de Bens	R\$ 1.150.944,30	0,03%
<b>4 - TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 3.396.059.658,77</b>	<b>100%</b>
5 – (-) <i>Dedução da Receita Corrente</i>	R\$ -	0,00
<b>6 – TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 3.396.059.658,77</b>	<b>100%</b>

## 2 – DA DESPESA

### 2.1 – DAS ENTIDADES ORÇAMENTÁRIAS AGREGADAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2023 (INCLUÍDAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Em razão da descentralização administrativa, orçamentária, financeira e contábil, os Orçamentos das Entidades inseridos no Orçamento do Município de Florianópolis (dotação atualizada) para o exercício de 2023, aprovado pela Lei nº 10.945, de 21 de dezembro de 2022, no valor total de R\$ 4.486.035.783 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e seis milhões, trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais) estavam assim apresentados:

<b>1 – Prefeitura (Excluída as Transferências Financeiras)</b>	<b>R\$ 2.613.153.418,77</b>	<b>58,25%</b>
<b>2 – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPUF</b>	<b>R\$ 9.673.143,38</b>	<b>0,22%</b>
<b>3 – Fundação Cultural Franklin Cascaes</b>	<b>R\$ 23.222.020,83</b>	<b>0,52%</b>
<b>4 – Fundação Municipal de Esportes</b>	<b>R\$ 13.545.046,54</b>	<b>0,30%</b>
<b>5 – Fundação do Meio Ambiente</b>	<b>R\$ 18.445.035,04</b>	<b>0,41%</b>
<b>6 – Fundo de Cinema</b>	<b>R\$ 1.530.309,55</b>	<b>0,03%</b>
<b>7 – FUMDESF</b>	<b>R\$ 441,49</b>	<b>0,00</b>
<b>8 – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>R\$ 2.315.827,62</b>	<b>0,05%</b>
<b>9 – Fundo de Habitação de Interesse Social</b>	<b>R\$ 2.376.216,00</b>	<b>0,05%</b>
<b>10 – Fundo de Saúde de Florianópolis</b>	<b>R\$ 638.619.488,68</b>	<b>14,24%</b>
<b>11 – Fundo de Assistência Social</b>	<b>R\$ 28.113.147,05</b>	<b>0,63%</b>
<b>12 – Instituto de Geração de Oport. de Florianópolis</b>	<b>R\$ 471.408,21</b>	<b>0,01%</b>
<b>13 – Instituto de Previdência Social dos Servidores</b>	<b>R\$ 674.961.754,46</b>	<b>15,05%</b>

14 – Fundo de Saneamento Básico	R\$ 86.349.637,75	1,92%
15 – Autarquia Melhoramentos da Capital – COMCAP	R\$ 245.043.032,65	5,46%
16 – Fundo de Emergência e Defesa Civil	R\$ 1.547.358,90	0,03%
17 – Câmara Municipal de Florianópolis	R\$ 98.346.399,19	2,19%
18 – Fundo de Turismo	R\$ 10.212.623,49	0,23%
19 – Fundo do Idoso	R\$ 667.941,65	0,01%
20 – Fundo de Inovação	R\$ 950.636,30	0,02%
21 - Fundação Rede Solidária Somar Floripa	R\$ 570.816,49	0,01%
22 – Reserva de Contingência	R\$ 15.920.079,00	0,35%
<b>Total Geral - Todas as Fontes e Entidades (Dotação Ajustada)</b>	<b>R\$ 4.486.035.783,04</b>	<b>100%</b>

Para efeitos comparativos, se faz necessário a apresentação dos valores efetivamente realizados no decorrer do exercício de 2023, em cada uma das Entidades que compõem o Orçamento Municipal, como segue:

1 – Prefeitura (Excluída as Transferências Financeiras)	R\$ 2.222.387.407,18	59,23
2 – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPUF	R\$ 7.717.980,10	0,21
3 – Fundação Cultural Franklin Cascaes	R\$ 15.490.149,49	0,41
4 – Fundação Municipal de Esportes	R\$ 12.300.962,37	0,33
5 – Fundação do Meio Ambiente	R\$ 16.095.952,11	0,43
6 – Fundo de Cinema	R\$ 21.000,00	0,00
7 – FUMDESF	R\$ -	0,00
8 – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 947.965,08	0,03
9 – Fundo de Habitação de Interesse Social	R\$ 764.710,11	0,02
10 – Fundo de Saúde de Florianópolis	R\$ 592.966.091,12	15,80
11 – Fundo de Assistência Social	R\$ 23.479.147,29	0,63
12 – Instituto de Geração de Oportunidades de Fpolis	R\$ 312.949,23	0,01
13 – Instituto de Previdência Social dos Servidores	R\$ 442.771.244,21	11,80
14 – Fundo de Saneamento Básico	R\$ 84.439.116,27	2,25
15 – Autarquia Melhoramentos da Capital – COMCAP	R\$ 242.403.905,81	6,46
16 – Fundo de Emergência e Defesa Civil	R\$ 47.231,85	0,00
17 – Câmara Municipal de Florianópolis	R\$ 80.389.764,81	2,14
18 – Fundo de Turismo	R\$ 8.611.730,26	0,23
19 – Fundo do Idoso	R\$ 30.000,00	0,00
20 – Fundo de Inovação	R\$ 250.022,00	0,01
21 – Fundação Rede Solidária	R\$ 456.292,63	0,01
22 - Reserva de Contingência	R\$ -	0,00
<b>Total Geral – Todas as Fontes – Todas as Entidades</b>	<b>R\$ 3.751.883.621,92</b>	<b>100,00</b>

## 2.2 – DAS FUNÇÕES DE GOVERNO AGREGADAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2023 (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

As dotações orçamentárias totais do exercício de 2023, quanto as Funções de Governo estavam assim dispostas (Dotação Atualizada):

01 – Legislativa	R\$ 92.266.399,19	2,15%
02 – Judiciária	R\$ 86.012.890,67	2,01%
04 – Administração	R\$ 704.498.637,48	16,43%
06 – Segurança Pública	R\$ 87.047.377,31	2,03%
08 – Assistência Social	R\$ 109.956.038,01	2,56%
09 – Previdência Social	R\$ 667.633.809,44	15,57%
10 – Saúde	R\$ 602.647.638,25	14,05%
11 – Trabalho	R\$ 950.636,84	0,02%
12 – Educação	R\$ 919.772.513,98	21,45%
13 – Cultura	R\$ 40.927.062,68	0,95%
14 – Direitos da Cidadania	R\$ 5.699.174,76	0,13%
15 – Urbanismo	R\$ 542.418.525,57	12,65%
16 – Habitação	R\$ 2.376.216,00	0,06%
17 – Saneamento	R\$ 135.004.788,19	3,15%
18 – Gestão Ambiental	R\$ 72.699.889,68	1,70%
23 – Comércio e Serviços	R\$ 413.200,00	0,01%
26 – Transporte	R\$ 53.754.778,83	1,25%
27 – Desporto e Lazer	R\$ 13.446.810,30	0,31%
28 – Encargos Especiais	R\$ 135.110.875,11	3,15%
99 – Reserva de Contingência	R\$ 15.920.079,00	0,37%
<b>Total Geral – Todas as Fontes – Todas as Funções</b>	<b>R\$ 4.288.557.342,23</b>	<b>100%</b>

No demonstrativo a seguir podemos constatar as reais aplicações no exercício de 2023 nas Funções de Governo, em razão dos valores empenhados no exercício em destaque:

01 – Legislativa	R\$ 75.333.917,06	2,12
02 – Judiciária	R\$ 80.790.666,04	2,27
04 – Administração	R\$ 665.766.910,55	18,72
06 – Segurança Pública	R\$ 75.717.979,51	2,13
08 – Assistência Social	R\$ 98.905.002,44	2,78
09 – Previdência Social	R\$ 449.981.165,20	12,65
10 – Saúde	R\$ 556.927.605,36	15,66
11 – Trabalho	R\$ 250.022,00	0,01
12 – Educação	R\$ 860.076.558,72	24,18
13 – Cultura	R\$ 30.937.120,11	0,87
14 – Direitos da Cidadania	R\$ 4.329.116,50	0,12
15 – Urbanismo	R\$ 288.924.594,19	8,12
16 – Habitação	R\$ 764.710,00	0,02

17 – Saneamento	R\$ 110.123.576,80	3,10
18 – Gestão Ambiental	R\$ 65.665.565,47	1,85
19 – Ciência e Tecnologia	R\$ -	0,00
20 – Agricultura	R\$ -	0,00
23 – Comércio e Serviços	R\$ 413.200,00	0,01
26 – Transporte	R\$ 50.303.683,79	1,41
27 – Desporto e Lazer	R\$ 12.218.252,47	0,34
28 – Encargos Especiais	R\$ 129.804.071,89	3,65
99 – Reserva de Contingência		0,00
<b>Total Geral – Todas as Fontes – Todas as Funções</b>	<b>R\$ 3.557.233.718,10</b>	<b>100,00</b>

### 2.3 – DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS AGREGADAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2023

As dotações orçamentárias totais do exercício de 2023, quanto as Categorias Econômicas estavam assim dispostas na Lei Orçamentária (Dotação Atualizada):

<b>1 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 3.420.799.849,83</b>	<b>79,77</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.062.477.448,81	48,09
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 84.198.231,00	1,96
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.274.124.170,02	29,71
<b>2 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 851.837.413,40</b>	<b>19,86</b>
Investimentos	R\$ 710.915.339,37	16,58
Amortização da Dívida	R\$ 140.922.074,03	3,29
<b>3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 15.920.079,00</b>	<b>0,37</b>
Reserva de Contingência	R\$ 15.920.079,00	0,37
<b>4 - TOTAL – Todas as Fontes</b>	<b>R\$ 4.288.557.342,23</b>	<b>100,00</b>

Na sequência pode-se constatar e comparar os valores devidamente aplicados (Empenhados) em 2023 nas respectivas Categorias Econômicas.

<b>1 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 3.027.324.218,04</b>	<b>80,69</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.773.953.348,52	47,28
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 83.244.847,51	2,22
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.170.126.022,01	31,19
<b>2 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 529.909.500,17</b>	<b>14,12</b>
Investimentos	R\$ 389.721.066,62	10,39
Amortização da Dívida	R\$ 140.188.433,55	3,74
<b>3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>0,00</b>
Reserva de Contingência	R\$ -	0,00
<b>4 - DESPESAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 194.649.903,71</b>	<b>5,19</b>
Despesas Intra Orçamentárias	R\$ 194.649.903,71	5,19
<b>5 - TOTAL – Todas as Fontes</b>	<b>R\$ 3.751.883.621,92</b>	<b>100,00</b>

A execução orçamentária total do exercício de 2023 teve ainda a seguinte composição simplificada:

### 2.3.1 – Em relação à Receita Arrecadada em 2023:

Receita Total Estimada (Previsão Inicial)	R\$ 3.745.437.915,00	%
Receita Total Arrecadada	R\$ 3.413.489.217,07	91,14

- Receita Total Realizada R\$ 3.413.489.217, correspondendo à efetivação de 91,14% do valor Total da Receita Estimada apresentada na Lei Orçamentária do exercício de 2023.

### 2.3.2 – Em relação à Despesa Empenhada em 2023:

Despesa Total (Dotação Fixada Original)	R\$ 3.745.437.915,00	%
Despesa Total Realizada (Empenhada)	R\$ 3.751.883.621,92	100,17

- Despesa Total Realizada (Empenhada) R\$ 3.751.883.621, correspondendo à efetivação de 100,17% do valor Total da Despesa apresentada na Lei Orçamentária do exercício de 2023.

No entanto:

Despesa Total (Dotação Atualizada)	R\$ 4.486.035.783,00	%
Despesa Total Realizada (Empenhada)	R\$ 3.751.883.621,92	83,63

- Despesa Total Realizada (Empenhada) R\$ 3.751.883.621, correspondendo à efetivação de 83,63% do total das dotações atualizadas para 2023.

### 2.3.3 – Em relação à Despesa Liquidada em 2023:

Despesa Total (Dotação Fixada)	R\$ 3.745.437.915,00	%
Despesa Total Realizada (Liquidada)	R\$ 3.574.021.939,00	95,42

- Despesa Total Realizada (Liquidada) na Dotação Fixada R\$ 3.574.021.939, correspondendo à efetivação de 95,42% das dotações fixadas na Lei Orçamentária do exercício.

No entanto, em relação a:

Despesa Total (Dotação Atualizada)	R\$ 4.486.035.783,00	%
Despesa Total Realizada (Liquidada)	R\$ 3.574.021.939,00	79,67

- Despesa Total Realizada (Liquidada) na Dotação Atualizada R\$ 3.574.021.939, correspondendo à efetivação de 79,67% do valor total das dotações atualizadas para o exercício de 2023.

### 3 – Da Receita Total x Da Despesa Total em 2023:

#### 3.1 – Em relação à Receita Arrecadada x Despesa Empenhada:

Despesa Total Empenhada	R\$ 3.751.883.621,92	%
(-) Receita Total Arrecadada	R\$ 3.413.489.217,07	
(=) Diferença Negativa	-R\$ 338.394.404,85	-9,02

- Diferença negativa de R\$ 338.394.404, demonstrando a ocorrência de déficit orçamentário de 9,02% em relação à Receita Total Arrecadada em 2023.

#### 3.2 – Em relação à Receita Arrecadada x Despesa Liquidada:

Despesa Total Liquidada	R\$ 3.574.021.939,00	%
(-) Receita Total Arrecadada	R\$ 3.413.489.217,07	
(=) Diferença Negativa	-R\$ 160.532.721,93	-4,49

- Diferença negativa de R\$ 160.532.721, demonstrando a existência de déficit orçamentário de 4,49% em relação à Receita Total Arrecadada em 2023.

#### 3.3 - Em relação às Origens dos Recursos Totais:

**3.3.1** – A Receita Total Arrecadada no exercício de 2023 foi de R\$ 3.413.489.217, sendo: R\$ 2.349.137.073 originária dos Recursos Próprios, correspondendo a 68,82% do total das Receitas Arrecadadas e R\$ 1.064.352.144 originária de Recursos Vinculados, correspondendo a 31,18% do total das Receitas Arrecadadas no exercício de 2023.

**3.3.2** – A Despesa Total Liquidada devidamente processada no exercício de 2023 foi de R\$ 3.574.021.939, sendo: R\$ 2.382.848.859 com Recursos Próprios, correspondendo a 66,67% do total e R\$ 1.191.173.080 com Recursos Vinculados, correspondendo a 33,33% do total das despesas efetivamente liquidadas no exercício de 2023.

Novamente, vale destacar a seguinte situação total ocorrida no exercício de 2023:

- Receita Total Arrecadada de R\$ 3.413.489.217
- Despesa Total Liquidada de R\$ 3.574.021.939  
Diferença Negativa..... de R\$ 160.532.722

**3.3.3** – A Despesa Total Empenhada devidamente processada no exercício de 2023 foi de R\$ 3.751.883.622, sendo: R\$ 2.497.778.879 com Recursos Próprios, correspondendo a 66,57% do total e R\$ 1.254.104.743 com Recursos Vinculados, correspondendo a 33,43% do total das despesas efetivamente liquidadas no exercício de 2023.

Assim sendo, vale destacar novamente a seguinte situação total ocorrida no exercício de 2023:

- Receita Total Arrecadada.....de R\$ 3.413.489.217
- Despesa Total Empenhada....de R\$ 3.751.883.622  
Diferença Negativa.....de R\$ 338.394.405

#### **4 – DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Em relação à aplicação total de recursos municipais, com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício de 2023 ocorreu a seguinte situação:

Os recursos públicos efetivamente aplicados no exercício de 2023 em “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” em conformidade com o que dispõe a LRF e a Carta Magna, foram na ordem de R\$ 698.459.357 (seiscentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais), correspondendo a 31,73% das receitas resultantes de impostos e transferências legais, que no exercício de 2023 atingiram a quantia de R\$ 2.201.184.214 (dois bilhões, duzentos e um milhões, cento e oitenta e quatro mil, duzentos e catorze reais), sendo assim 6,73% acima do mínimo constitucional que é de 25%, portanto, restou cumprido o disposto no artigo 212 da CF de 1988.

#### **5 – DA APLICAÇÃO DO FUNDEB**

Em relação às Receitas dos Recursos do FUNDEB no Município de Florianópolis no exercício de 2023 destaca-se:

1- Saldo do exercício anterior (ano 2022)	R\$ 2.052.746,00	0,72%
2 - Valor do Retorno ao Município	R\$ 282.424.116,00	98,80%
3 – Rendimentos Aplicação Financeira	R\$ 1.371.233,00	0,48%
<b>4 – Total</b>	<b>R\$ 285.848.095,00</b>	<b>100%</b>

Em relação às Aplicações dos Recursos do FUNDEB no Município de Florianópolis no exercício de 2023 destaca-se:

1 – Remuneração dos Profissionais do Magistério	R\$	273.090.829,00	100%
2 – Remuneração dos Profissionais de Suporte	R\$	-	0,00
<b>3 – Total</b>	<b>R\$</b>	<b>273.090.829,00</b>	<b>100%</b>

Portanto, os recursos foram aplicados em atendimento às regras do artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Transitórias da CF de 1988 e acordo com a Lei Federal n. 14.113/2020, que determinam a aplicação destes recursos.

## **6 – DA APLICAÇÃO EM SAÚDE**

Em relação à aplicação de recursos públicos no exercício de 2023 com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Município apresentou a seguinte situação:

O valor das aplicações e investimentos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Despesas Liquidadas) no exercício em epígrafe, somou a importância de R\$ 393.050.625 (trezentos e noventa e três milhões, cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), correspondendo 18,03% das receitas apuradas para esta finalidade no exercício de 2023 as quais somaram R\$ 2.180.363.608 (dois bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e oito reais), nestes termos, 3,03% acima dos 15% mínimos dispostos, cumprindo com o disposto na Carta Magna.

## **7 – DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (AJUSTADA)**

As receitas do Município que agregam a chamada “Receita Corrente Líquida” apurada ao final de 2023 alcançaram a quantia de R\$ 2.992.770.777 (dois bilhões, novecentos e noventa e dois milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e sete reais), um crescimento na ordem de 16,87% em relação às Receitas Correntes Líquidas realizadas em 2022, que atingiram a importância de R\$ 2.560.768.562 (dois bilhões, quinhentos e sessenta milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais).

## **8 – DA APLICAÇÃO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, estabelece os limites para gastos com pessoal e encargos sociais no exercício financeiro e estão dispostos nos artigos nº 21, 22 e 23, nos quais, dispõem que o Poder Executivo Municipal tem como

percentual máximo para gastos com pessoal e encargos sociais o limite de 54% da Receita Corrente Líquida.

Em comparação com o resultado do exercício de 2022, verifica-se que em 2023, as aplicações neste seguimento – “Pessoal e Encargos Sociais do Executivo Municipal”, tiveram equilíbrio. A título de comparação, dispomos à situação ocorrida no exercício financeiro de 2022, qual seja: As Receitas Correntes Líquidas atingiram a importância de R\$ 2.560.768.562 (dois bilhões, quinhentos e sessenta milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais) e os custos totais com Pessoal e Encargos Sociais Consolidados do Executivo Municipal no exercício somaram a quantia de R\$ 1.128.666.318 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e dezoito reais), correspondendo a 44,08%, abaixo dos limites, prudencial e legal disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Já no exercício de 2023 o somatório da Receita Corrente Líquida para estabelecer o limite de gasto com pessoal atingiu a importância de R\$ 2.980.969.288 (dois bilhões, novecentos e oitenta milhões, novecentos e sessenta e nove mil e duzentos e oitenta e oito reais) e os custos totais com Pessoal e Encargos Sociais Consolidados do Executivo Municipal no exercício, somaram a quantia de R\$ 1.528.562.169 (um bilhão, quinhentos e quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais), correspondendo a 51,28%, dentro dos limites dispostos na LRF.

## **9 – DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

O valor total referente aos repasses mensais de recursos financeiros a título de duodécimo do Executivo ao Legislativo Municipal no exercício de 2023 se deu em razão do que dispõe o artigo 90, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis em decorrência dos valores consignados no Orçamento Anual e atingiram a importância de R\$ 98.346.399 (noventa e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais) correspondendo a 2,14% do total realizado (empenhado) pela Prefeitura no exercício de 2023, que foi de R\$ 3.751.883.622 (três bilhões, setecentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais).

## **10 – DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO**

A “Receita Corrente Líquida Ajustada” para cálculo dos Limites de Endividamento Municipal, apurada no exercício de 2023, foi na ordem R\$ 2.992.770.777 (dois bilhões, novecentos e noventa e dois milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e sete reais) e o montante da “Dívida Consolidada Líquida” apurada no exercício foi de R\$ 723.863.871 (setecentos e vinte e três milhões, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais), gerando um percentual de 24,19% (vinte e quatro vírgula dezenove por cento) do valor da Receita Corrente Líquida Ajustada, apurada no exercício de 2023, sendo assim, dentro dos limites dispostos na Resolução n. 43/2001, do Senado Federal.

## **11 – DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

Em razão de não haver registro de valor total das “Garantias Concedidas e Contra Garantias de Valores” no exercício de 2023, o percentual foi 0,00% (zero vírgula zero por cento) do valor da Receita Corrente Líquida Ajustada para este cálculo, que foi de R\$ 2.992.770.777 (dois bilhões, novecentos e noventa e dois milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e sete reais), sendo que o limite máximo definido pela Resolução do Senado Federal é de 22,00% (vinte e dois vírgula zero por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada para este fim apurada no exercício de 2023.

## **12 – DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

O valor registrado em Operações de Crédito em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 58.972.891 (cinquenta e oito milhões, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais) perfazendo um percentual de 1,97% (um vírgula noventa e sete por cento) do valor apurado para a Receita Corrente Líquida Ajustada que foi de R\$ 2.992.770.777 (dois bilhões, novecentos e noventa e dois milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e sete reais), sendo que o limite máximo definido pelo Senado Federal é de 16,00% (dezesseis vírgula zero por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada, apurada no exercício em epígrafe para esta finalidade.

## 9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

O presente Relatório Consolidado do Órgão de Controle Interno Municipal pretende demonstrar de forma circunstanciada a evolução de parte dos atos de gestão do Executivo Municipal no exercício de 2023 e busca informar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e demais interessados a real estrutura organizacional do Órgão Central de Controle Interno, a coordenação e tramitação de seus diversos processos, em razão da importância que a Administração Municipal tem atribuído ao Sistema de Controle Interno, assim sendo, houve progresso e avanços na finalidade preceituada pela CF/88 quanto a missão da Controladoria-Geral do Município. As informações dispostas neste Relatório Circunstanciado, em especial as de caráter orçamentário, financeiro e dos limites constitucionais foram obtidas junto ao Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB e dos Relatórios Consolidados, de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, referentes ao 6º bimestre do exercício de 2023, publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM, nas Edições nº 3641, de 07/03/2024, e nº 3642, de 08/03/2024.

O Órgão Central de Controle Interno Municipal tem contado sempre com a colaboração das demais Unidades Gestoras do Município, pois estas são partes integrantes do Sistema Municipal de Controle Interno, em especial nas obrigações que lhes foram atribuídas, como é o caso dos membros do Núcleo de Operacionalização do Controle Interno Setorial e das Ouvidorias Setoriais, assim como nas demandas de análises dos processos de prestações de contas, sejam estas de recursos liberados a título de subvenções sociais, auxílios, contribuições ou por meio de diárias ou adiantamentos a servidores.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 31 dispõe que, a fiscalização será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e **pelos sistemas de controle interno**, na forma da lei, assim sendo ressaltamos de uma forma geral a grande importância do Controle Interno junto as administrações públicas, em especial na colaboração aos demais Órgãos de Controle Externo.

Sem mais para acrescentar ao presente Relatório, reiteramos aos membros da Corte de Contas do Estado de Santa Catarina votos de estima e consideração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Florianópolis, (SC), em 11 de março de 2024.

**RODRIGO DE BONA DA SILVA**  
Controlador-Geral do Município

**LEANDRO DOMINGUES**  
Controlador-Geral do Município – Adjunto

**SANDRO JOSÉ DA SILVA**  
Subcontrolador-Geral de Auditoria

**OSVALDO RICARDO DA SILVA**  
Subcontrolador-Geral de Ouvidoria  
e Proteção de Dados

**MARIANGELA CARIONI**  
Subcontrolador-Geral de Corregedoria e  
Processos Administrativos Disciplinares

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, C. W. (2005). Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos estud. - CEBRAP*, 73, 33-37. São Paulo. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300003>
- Alencar, C. H. R. e Gico Jr., I. (2011). Corrupção e judiciário: A (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. *Revista Direito GV*, 7(1), 75-98. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000100005>
- Avis, E., Ferraz, C. e Finan, F. (2018). Do government audits reduce corruption? Estimating the impacts of exposing corrupt politicians. *Journal of Political Economy*, 126(5), 1912-1964. <https://doi.org/10.1086/699209>
- CGU - Controladoria-Geral da União. (2020a). *Institucional*. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>
- \_\_\_\_\_. (2020b). *Portal de Transparência Governo Federal*. Despesas por Órgão. <http://transparencia.gov.br>
- De Bona, R. S. (2021a). Políticas de integridad y anticorrupción en Brasil: el papel de la Contraloría-General en Estados y Capitales. *CGG*, 24(3), 389-405. [http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925\\_2021v24n3a8](http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n3a8)
- \_\_\_\_\_. (2021b). Características y límites de una iniciativa nacional de integridad y anticorrupción para gobiernos locales de Brasil. *Revista del Clad Reforma y Democracia*, 80, 149-186. <https://clad.org/wp-content/uploads/2022/05/080-05-B.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2022). Sistema de integridad local en Brasil: Análisis de actores internos en pequeñas ciudades de Santa Catarina. *CGPC*, 27(86), 1-20. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.82898>
- Ferraz, C., Finan, F. e Moreira, D. B. (2012). Corrupting learning: evidence from missing federal education funds in Brazil. *Journal of Public Economics*, 96(9-10), 712-726. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2012.05.012>
- FolhaPE. (2020). *Nenhum dos 7.766 servidores expulsos desde 2003 saiu por mau desempenho, aponta CGU*. <https://www.folhape.com.br/economia/economia/brasil/2020/01/02/NWS,126622,10,1103,ECONOMIA,2373-NENHUM-DOS-766-SERVIDORES-EXPULSOS-DESDE-2003-SAIU-POR-MAU-DESEMPENHO-APONTA-CGU.aspx>
- Góis, V.S. de.; Santos, A. E. dos, e Rocha, I. M. M. da. (2016). Marco normativo anticorrupção: desafios para implantação de compliance. *Revista da CGU*, 8(12), 229-246. <http://dx.doi.org/10.36428/revistadacgu.v8i12.47>
- Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Olivieri, C. e Teixeira, M. A. C. (2012). Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 17(60), 54-67. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.3980>
- Maesschalck, J. e Bertok, J. (4 a 5 de mayo de 2009). *Towards a sound integrity framework: Instruments, processes, structures, and conditions for implementation*. Global Forum on Public Governance, OECD. [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?doclanguage=en&cote=GOV/PGC/GF\(2009\)1](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?doclanguage=en&cote=GOV/PGC/GF(2009)1)
- Mohallem, M.F., e Ragazzo, C.E.J. (Coord.). (2017). *Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio.
- OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (2017a). *Estudio de la OCDE sobre integridad en México: aspectos claves*. <https://www.oecd.org/gov/ethics/estudio-integridad-mexico-aspectos-claves.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2017b). *Estudio de la OCDE sobre integridad en Colombia: Invirtiendo en integridad pública para afianzar la paz y el desarrollo*. <https://doi.org/10.1787/9789264278646-es>
- \_\_\_\_\_. (2019). *La Integridad Pública en América Latina y el Caribe 2018-2019: De gobiernos reactivos a Estados proactivos*. <https://www.oecd.org/gov/ethics/integridad-publica-america-latina-caribe-2018-2019.pdf>
- Portal G1. (2018). Governo expulsa 566 servidores em 2018, maior número em 15 anos, aponta CGU. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/12/governo-federal-expulsa-566-servidores-publicos-em-2018-diz-cgu.ghtml>
- Portal IG - Último segundo. (2018). *Número de servidores expulsos por atos ilícitos é o maior dos últimos 15 anos*. <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-12-12/governo-federal-cgu-praticas-ilicitas.html>
- Rose-Ackerman, S. (2006). *International Handbook on the Economics of Corruption*. UK / USA: Ed. Autor [Elgar].
- Six, F. E. e Lawton, A. (2013). Towards a theory of integrity systems: a configurational approach. *International Review of Administrative Sciences*, 79(4) 639-658. <https://doi.org/10.1177/0020852313501124>
- Transparency International (TI). (2020). *Anti-corruption glossary: corruption*. <https://www.transparency.org/en/what-is-corruption>

## ANEXOS – INFORMATIVOS CGM 2023 (BIMESTRAIS)

## 042/2023 JANEIRO E FEVEREIRO

### Controladoria-Geral visita obras de Construção da Escola Rio Vermelho



Visita foi realizada no dia 24 de fevereiro

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 24 de fevereiro, uma visita de fiscalização e acompanhamento as obras de construção da Escola Rio Vermelho, localizada no norte da ilha.

O objetivo da verificação foi acompanhar presencialmente a execução do contrato nº 159/SME/2023, que trata da construção de uma escola modular em um prazo de 60 dias e com capacidade para atender 1.200 alunos da rede pública municipal oriundos da região.

Durante a visita, os técnicos do Controle Interno observaram os trabalhos no local e verificaram o cumprimento dos prazos da obra, bem como a conformidade da execução dos trabalhos com o previsto em contrato. O acompanhamento a execução de contratos de obras é uma das atribuições do Controle Interno.



Visita foi realizada no dia 24 de fevereiro

### Controle Interno visita Unidade de Pronto Atendimento do Continente

No dia 14 de fevereiro, a Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou uma visita de monitoramento e avaliação a Unidade de Pronto Atendimento do Continente.

A visita teve como objetivo fiscalizar a gestão da UPA Continente, que é realizada pela Organização Social Hospital Psiquiátrico Mahatma Gandhi.

Na oportunidade os técnicos da CGM observaram as instalações, os equipamentos, a operacionalização, a execução dos serviços e os profissionais da entidade que são informados na prestação de contas, bem como inspecionaram se a Entidade está em dia com as suas obrigações pactuadas no contrato com o município.



Equipe da CGM visitou a UPA Continente

### Controladoria-Geral é criada como unidade central do Controle Interno

A reforma administrativa da Prefeitura, implementada no último mês de janeiro, criou a Controladoria-Geral do Município (CGM) órgão que será a unidade central do sistema de controle interno do poder executivo, em substituição a antiga Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle.

A Controladoria-Geral do Município tem suas atribuições dispostas no Art. 48 da Lei Complementar nº 736, de 02 de janeiro de 2023. Com a reforma, a CGM também mudou de sede, estando agora localizada na Rua João Pinto, nº 156, no 1º e 3º andar, no centro da Capital.

## Lar Recanto do Carinho recebe visita da Controladoria-Geral do Município



Técnicos visitaram o local no dia 15 de fevereiro

Técnicos do Controle Interno realizaram no dia 15 de fevereiro, uma nova visita de monitoramento e avaliação as parcerias firmadas entre o município e o Lar Recanto do Carinho. A entidade possui parcerias no município com a Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Assistência Social.

Na fiscalização foram observados o andamento dos projetos realizados pela Organização Social (OSC) e o cumprimento dos objetivos previstos no plano de trabalho apresentado pela entidade.

Ao todo, o município repassou, somente no ano de 2022, o total de R\$ 904.178,31, em projetos que são responsáveis por acolhimento institucional para crianças e adolescentes, além de projetos relacionados as áreas de Saúde e de Educação. Em 2023 os projetos em parceria com o Município continuam sendo realizados no Lar Recanto do Carinho.

A fiscalização *in loco* das parcerias é uma das atribuições da Controladoria-Geral do Município (CGM).



Técnicos visitaram o local no dia 15 de fevereiro

## Ouvidoria registra 1469 manifestações nos meses de janeiro e fevereiro

O Departamento de Ouvidoria Geral do Município, vinculado a Subcontroladoria-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados, registrou nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 um total de 1469 manifestações de ouvidoria realizadas. Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem a manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria encaminhadas para a Prefeitura Municipal estão disponíveis no “Painel Resolveu” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel Resolveu está disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.paineis.cgu.gov.br/resolveu>.

## Controladoria participa de reunião para operacionalização do PDDF



Reunião foi realizada na Secretaria de Educação

A Controladoria-Geral do Município (CGM) participou de uma reunião na manhã do dia 14 de fevereiro que envolveu a Secretaria Municipal de Educação, a gerência de contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda e representantes do Banco do Brasil para tratar da operacionalização do Programa de Descentralização Financeira (PDDF) nas Associações de Pais e Professores (APPs). Na ocasião foi alinhado como as APPs devem proceder para realizar a Prestação de Contas nos pagamentos efetuados com o cartão de débito.

## Controle Interno analisa 457 processos nos meses de janeiro e fevereiro

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGU), analisaram somente nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 um total de 457 processos, sendo que 145 foram processos de repasse de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 33 foram processos de concessão de aposentadorias ou pensões e 279 são processos de prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores públicos municipais.

## Obras na Rua Trajano recebem visita da Controladoria-Geral do Município

No dia 7 de fevereiro, as obras de manutenção de drenagem e pavimentação da Rua Trajano, localizada no centro de Florianópolis e que são referentes ao contrato n. 049/SMI/2022, receberam uma visita de fiscalização do Controle Interno.

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM) observaram os trabalhos no local verificando os prazos estabelecidos e a execução dos serviços em conformidade com o preestabelecido em contrato.

A fiscalização de obras e contratos públicos é uma atividade inerente ao Controle Interno e é realizada por amostragem pelos técnicos da Controladoria.



Rua Trajano está localizada no centro da capital

## Controle Interno acompanha obras de revitalização da Rua João Pinto



Obras no Centro-Leste são vistoriadas pela CGM

A equipe da Controladoria-Geral do Município realizou, no dia 30 de janeiro uma visita de inspeção as obras de revitalização da Rua João Pinto, localizada no Centro de Florianópolis.

A obra faz parte do Contrato n° 783/SMI/2021 que tem como objeto a revitalização das ruas do Centro-Leste da Capital.

A fiscalização da obra por parte do Controle Interno é realizada em duas etapas, a primeira consiste no estudo do Contrato firmado entre o município e a empresa que irá executar o serviço, e a segunda etapa é a realização da visita ao local das obras, com objetivo de verificar se o que está pactuado no contrato está sendo realizado fielmente.

## Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto  
**Secretário:** Sady Beck Júnior e.e.  
**Secretário Adjunto:** Sady Beck Júnior  
**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis  
**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social  
**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Patrícia Reis dos Santos e Divulgação CGM.

## 043/2023 MARÇO E ABRIL

### Controle Interno fiscaliza projetos do programa Bairro Educador



Projeto de costura é realizado no Monte Verde

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou visitas, nos meses de março e abril, para fiscalizar os projetos contemplados pelo Programa Bairro Educador.

O programa, que é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Instituto Escola Cidadã oferece um total de 93 oficinas em diversos bairros do município.

No primeiro grupo de fiscalizações foram visitadas as unidades do programa nos bairros Córrego Grande, Monte Verde e Rio Vermelho. Entre os projetos visitados estavam Futsal, Costura, Basquete, Jiu Jitsu, Dança e Oficina Pedagógica. A programação é que outros projetos recebam visita de monitoramento nos próximos meses.



Visita ao projeto de Basquete no Córrego Grande

### Controladoria-Geral recebe visita de técnicos da Prefeitura de Joinville

A Controladoria-Geral do Município (CGM) recebeu a visita de técnicos do setor administrativo da Prefeitura Municipal de Joinville no dia 17 de abril.

O objetivo do encontro foi apresentar aos visitantes a ferramenta de gestão de parcerias que é utilizada pelo município de Florianópolis. Na oportunidade os técnicos de Joinville puderam observar como funciona o Sistema Integrado de Gestão de Parcerias e como é desenvolvido esse trabalho de gestão no município.

A Controladoria-Geral foi o órgão responsável pela implantação do sistema na Prefeitura. Atualmente todas as parcerias do município com as Organizações da Sociedade Civil são realizadas através do Sistema de Gestão de Parcerias, o que representa uma grande evolução na forma de gerenciar as parcerias, acompanhar os projetos e avaliar as prestações de contas apresentadas.



Reunião de apresentação do sistema de parcerias

## **CGM reúne Ouvidores Setoriais para apresentação do Controlador e ajustes**

A equipe da Subcontroladoria-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados realizou uma reunião de apresentação do novo Controlador-Geral do Município onde também foram realizados ajustes com os Ouvidores Setoriais das Unidades Gestoras.

O encontro ocorreu no dia 22 de março e teve como objetivo, além da apresentação do Controlador, orientar os técnicos das Ouvidorias no que diz respeito ao atendimento das demandas tanto de Ouvidoria quanto de Lei de Acesso à Informação.



Reunião foi realizada no dia 22 de março

## **Subcontroladoria da Auditoria realiza reunião de alinhamento de trabalho**

A equipe da Subcontroladoria-Geral da Auditoria realizou, no dia 19 de março, uma reunião de alinhamento de trabalho. Na oportunidade foram discutidos os encaminhamentos do Setor, como análise de prestações de contas e o cronograma de auditorias a ser realizadas.



Reunião da Subcontroladoria-Geral da Auditoria

## **Ouvidoria registra 1990 manifestações somente nos meses de março e abril**

O Departamento de Ouvidoria Geral do Município, vinculado a Subcontroladoria-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados, registrou nos meses de março e abril de 2023 um total de 1990 manifestações de ouvidoria realizadas. Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem a manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria encaminhadas para a Prefeitura Municipal estão disponíveis no “Painel Resolveu” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel Resolveu está disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.paineis.cgu.gov.br/resolveu>.

## **CGM realiza visita técnica a Controladoria-Geral do Estado**



Encontro ocorreu no dia 28 de março

Técnicos da Subcontroladoria-Geral da Corregedoria e Processos Administrativos e Disciplinares da Controladoria-Geral do Município (CGM) visitaram no dia 28 de março, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) com o objetivo de conhecer os procedimentos e trocar experiências para uma melhor operacionalização das demandas do setor.

## Controle Interno realiza fiscalizações em obra de escola no Rio Vermelho



CGM realiza fiscalização na Escola Darcy Ribeiro

Técnicos do Controle Interno realizaram nos dias 13 de março e 26 de abril, visitas de fiscalização as obras da Escola Básica Municipal Darcy Ribeiro, localizada no bairro Rio Vermelho, no norte da ilha.

Durante as inspeções os técnicos observaram se o avanço do cronograma dos trabalhos está em conformidade com o previsto no contrato. A fiscalização *in loco* de contratos, por amostragem, é uma das atribuições da Controladoria-Geral do Município (CGM).

## CGM participa de Fórum Nacional sobre a Lei de Proteção de Dados



Fórum foi realizado em Porto Alegre

A Controladoria-Geral do Município (CGM) esteve presente no Fórum Nacional sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que foi realizado no município de Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de março. O Evento foi promovido pela Prefeitura local em parceria com o Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios.

## Secretário-Chefe da CGM participa de dois eventos da CGU em Brasília



CGM presente em evento da Rede de Corregedorias

O Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Município viajou a Brasília nos dias 26 e 27 de abril, para participar de dois eventos nacionais organizados pela Controladoria-Geral da União (CGU). Na quarta (26) participou da 41ª reunião da Rede de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (Rede GIRC) cujo tema foi “Agenda da Integridade e Realidade das Políticas Públicas”. Na quinta (27), esteve presente na 1ª reunião de 2023 da Rede Nacional de Corregedorias, quando formalizou a adesão da CGM/PMF ao sistema ePAD da CGU e foi eleito, por unanimidade, Secretário-Executivo da Rede Nacional de Corregedorias. Saiba mais em [www.gov.br/corregedorias](http://www.gov.br/corregedorias).

## Controle Interno analisa 574 processos somente nos meses de março e abril

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM), analisaram somente nos meses de março e abril de 2023 um total de 574 processos, sendo que 380 foram processos de repasse de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 61 foram processos de concessão de aposentadorias ou pensões e 115 são processos de prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores públicos municipais e 18 são processos referentes a despesas de exercício anterior.

## Controladoria participa do Ouvidoria Day, evento realizado no TCE/SC



Equipe de Ouvidores Setoriais no Ouvidoria Day

A Controladoria-Geral, juntamente com a equipe de Ouvidores Setoriais do Município, esteve presente na edição de Santa Catarina (SC) do *Ouvidoria Day*, no dia 16 de março.

O evento, que ocorreu simultaneamente em todo Brasil, teve como objetivo discutir e aprimorar o trabalho das Ouvidorias nos órgãos públicos, apresentando experiências bem sucedidas e orientações quanto ao recebimento de denúncias. Em SC o evento foi promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

## Subcontroladoria da Corregedoria e PADs realiza reunião com fiscais

A Controladoria-Geral do Município, através da equipe da Subcontroladoria-Geral da Corregedoria e Processos Administrativos e Disciplinares, realizou, no dia 28 de março uma reunião com fiscais de contrato da Secretaria Municipal de Saúde visando prestar orientação no que diz respeito ao encaminhamento de demandas de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).



Reunião foi realizada no dia 28 de março

## Treinamento para OSCs da Festa do Divino tem participação da CGM

Técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM), participaram na tarde do dia 27 de abril de um treinamento com as Organizações da Sociedade Civil que se inscreveram do Edital da Festa do Divino.

O evento foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias e teve como objetivo orientar as entidades quanto à utilização dos recursos públicos recebidos, a inclusão de toda a documentação e informações no Sistema Integrado de Gestão de Parcerias e o respectivo trâmite do processo de prestação de contas.

## Gestores da Secretaria de Assistência Social recebem orientações da CGM



Gestores de parcerias participaram de treinamento

A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 20 de março uma reunião de orientação voltada para os Gestores de Parcerias da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

O treinamento, que ocorreu no Centro de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, teve como objetivo adequar os procedimentos que devem ser adotados pelos gestores durante a vigência das parcerias entre o município e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), além de orientar os analistas de prestações de contas no que diz respeito ao regimento do processo de validação dos recursos aplicados.

## Obras de revitalização de orla são fiscalizadas pela Controladoria-Geral

As obras de revitalização das orlas das Praias do Riso, Saudade e do Meio em Coqueiros receberam visita de fiscalização da Controladoria-Geral do Município (CGM) no dia 1º de março. Na oportunidade os técnicos do Controle Interno puderam acompanhar se a realização dos trabalhos está em conformidade com o estabelecido em contrato.



Obra de revitalização de orla no Continente

## Comissão de análise financeira da Saúde recebe orientação da CGM

A equipe da Comissão de Análise Financeira das Prestações de Contas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Continente, composta por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, participou de reunião de orientação com a equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) no dia 13 de março.

O encontro teve como objetivo orientar os técnicos analistas quanto às legislações vigentes sobre o repasse de recursos para Organizações Sociais (OS).



Reunião foi realizada na Secretaria da Saúde

## Treinamento com Ouvidores Setoriais é realizado pelo Controle Interno



Treinamento foi realizado na CGM

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 13 de abril um treinamento com a equipe de Ouvidores Setoriais da Prefeitura.

Os temas abordados no encontro foram os novos regimentos de processos e procedimentos de ouvidoria e lei de acesso à informação que estão sendo regulamentados pelo Controle Interno através de Decretos municipais que devem entrar em vigor nos próximos meses.

Durante o encontro foram debatidos ainda temas relacionados a elaboração de relatórios gerenciais que devem ser observados por parte dos Ouvidores Setoriais, a agenda de cursos de especialização necessária para o desempenho da função e como deve ser realizado o correto procedimento de tratamento de denúncias recebidas no órgão.

## Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto

**Secretário:** Rodrigo De Bona da Silva

**Secretário Adjunto:** Sady Beck Júnior

**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis

**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social

**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Felipe Stefan Koerich Theis, Patrícia Reis dos Santos, Marina Pasetto e Divulgação CGM.

## 044/2023 MAIO E JUNHO

### Controladoria-Geral do Município lança Programa de Integridade e *Compliance*



Evento que instituiu o Programa de Integridade e *Compliance* na PMF teve a participação do Prefeito Municipal

Foi realizada, na manhã do dia 20 de junho, a Cerimônia de Lançamento do Programa de Integridade e *Compliance* da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O evento, que ocorreu na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito, contou com a presença do Prefeito, Topázio Neto, do Controlador-Geral do Município, de representantes da Câmara Municipal, do Observatório Social do Brasil, da Polícia Militar de Santa Catarina, de representantes da Prefeitura Municipal e de grande parte da equipe da Controladoria-Geral do Município.

O Programa de Integridade e *Compliance* na Prefeitura de Florianópolis tem como

objetivo estruturar um conjunto de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção e remediação de erros, desperdícios, desvios, irregularidades, subornos, fraudes, atos de corrupção, conflitos de interesses e desvios éticos e de conduta, em apoio à boa governança

O Decreto Municipal nº 25.322/2023 de 20 de junho de 2023, foi elaborado pela Controladoria-Geral do Município e contou com o apoio das demais Secretarias e órgãos municipais. O Decreto está disponível para o cidadão no Portal da Prefeitura, e pode ser acessado clicando [aqui](#):



## Prefeitura recebe prêmio por Modelo de Governança e Gestão Pública



CGM esteve em Brasília e participou da premiação

A Prefeitura de Florianópolis recebeu, no dia 13 de junho, em Brasília, o prêmio de Modelo de Governança e Gestão Pública, entregue pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O prefeito Topazio Neto viajou junto à equipe técnica responsável pelo trabalho de avaliação para receber a premiação.

A Controladoria-Geral do Município (CGM) foi o órgão que coordenou o trabalho que reuniu um grupo de aproximadamente 15 servidores, representantes de várias Secretarias e Órgãos do Município que realizou as atividades de validação de cada fundamento do Modelo de Excelência da Gestão (MEG), com cerca de 150 itens a serem avaliados e comprovados, atingindo a maior pontuação entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, 97,83 pontos de um total de 100. O que rendeu ao município o certificado "IMGG 100 PONTOS".



No dia 02 de junho o Prefeito realizou reunião para parabenizar a equipe coordenada pela CGM

**CGM realiza visita técnica a Controladoria-Geral do Estado de SC**  
A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou visita técnica a Controladoria-Geral do Estado (CGE) no dia 04 de maio com o objetivo de conhecer o fluxo de processos na Unidade Central do Controle Interno do Estado.

Na oportunidade, a equipe da CGM observou experiências que são utilizadas no Estado e podem ser aplicadas no município. A aproximação entre as unidades de controle interno é benéfica na troca de experiências entre os órgãos, e pode melhorar a efetividade do controle no município de Florianópolis.



Encontro foi realizado no dia 04 de maio

## Controladoria publica decretos que regulamentam Ouvidoria no município

Dois decretos que regulamentam o sistema de ouvidoria municipal foram publicados no mês de maio pela Controladoria-Geral do Município (CGM). No dia 15 de maio, foi publicado o Decreto n. 25.208/2023 que institui e regulamenta o sistema de ouvidoria além de dispor sobre a participação, proteção e defesa dos usuários de serviços públicos. Já no dia 29 de maio, foi publicado o Decreto n. 25.240/2023, que regulamenta o recebimento, tratamento e resposta às manifestações recebidas pelo sistema de ouvidoria.

Ambos os decretos tem como objetivo facilitar a vida dos usuários do serviço de ouvidoria municipal.

## Controladoria-Geral passa a apurar corrupção de pessoas jurídicas

A Controladoria-Geral do Município (CGM) publicou no dia, 29 de maio, o Decreto 25.239, que regulamenta no Poder Executivo a Lei Nacional Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a qual tipifica diversas condutas lesivas passíveis de sanção.

A regulamentação representa um avanço para garantir que as empresas fornecedoras sejam mais responsáveis nas negociações com o poder público, pois passam a responder objetivamente, civil e administrativamente, por eventuais atos irregulares, estando sujeitas à aplicação de multas que podem chegar a 20% do faturamento da empresa. A competência para essa apuração, em Florianópolis, é da própria CGM, que tem se qualificado com apoio técnico da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Controladoria-Geral do Estado de SC (CGE/SC).

A Lei Anticorrupção fortaleceu as medidas de enfrentamento à corrupção nas empresas privadas, estimulando as organizações a inibirem práticas de má conduta e destacando a importância de um programa de integridade e *compliance* prévio, já que a legislação traz benefícios adicionais às empresas que tiverem implantados esses programas. Veja na íntegra o [Decreto Municipal](#):

DECRETO Nº 25.239, DE 29 DE MAIO DE 2023.

REGULAMENTA NO PODER EXECUTIVO DE FLORIANÓPOLIS A LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 74 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, DECRETA:

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública municipal, nacional ou estrangeira de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 2013, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município de Florianópolis.

§ 1º Aplica-se o disposto neste Decreto às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

§ 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos no art. 2º deste Decreto praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

**Decreto foi publicado no dia 29 de maio de 2023**

## Controlador-Geral participa de reunião com Diretora de Polícia da Polícia Civil



Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis recebeu a CGM

O Controlador-Geral do Município de Florianópolis participou, no dia 23 de junho, de uma reunião na Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis.

O encontro tratou a respeito de como deve funcionar a parceria entre as duas instituições, que tem como objetivo comum o fortalecimento dos canais de denúncia e a realização de ações integradas de combate à corrupção.

## Corregedoria realiza treinamento sobre responsabilização de Pessoa Jurídica



Reunião ocorreu no dia 11 de maio

No dia 11 de maio, técnicos da Subcontroladoria-Geral da Corregedoria e Processos Administrativos e Disciplinares da Controladoria-Geral do Município (CGM), realizaram formação para a equipe de Responsabilização de Pessoas Jurídicas.

A formação teve como tema o fluxograma do processo de responsabilização de PJ, bem como os regramentos do Decreto n. 20.137 de 2019.

## Equipe de auditoria realiza treinamento com a Controladoria-Geral da União

A equipe de auditoria da Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou durante o mês de junho vários encontros de treinamento em auditoria com técnicos auditores da Controladoria-Geral da União (CGU).

A formação tem como objetivo orientar no planejamento e execução de auditoria baseada em risco, aperfeiçoando a equipe do município com conteúdo teórico e a realização prática de auditorias.

A metodologia do treinamento está sendo aplicada pela CGU e o curso conta também com a participação da equipe de auditoria da Prefeitura Municipal de Blumenau.



Treinamento do dia 01/06 ocorreu no CRC

## Ouvidoria registra 1723 manifestações somente nos meses de maio e junho

O Departamento de Ouvidoria Geral do Município, vinculado a Subcontroladoria-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados, registrou nos meses de maio e junho de 2023 um total de 1723 manifestações de ouvidoria realizadas. Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem a manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria encaminhadas para a Prefeitura Municipal estão disponíveis no “Painel Resolveu” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel Resolveu está disponível para consulta no endereço eletrônico: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>

## CGM realiza fiscalizações em obra no bairro Ingleses do Rio Vermelho



Obras do NEIM Red Park recebem visita da CGM

A equipe do Controle Interno realizou, no dia 25 de maio, uma visita de acompanhamento e fiscalização das obras para conclusão da construção do Núcleo de Educação Infantil Municipal (NEIM) Red Park, localizado no bairro Ingleses do Rio Vermelho, no norte da ilha.

A visita foi acompanhada pelo técnico responsável pela fiscalização do contrato de obras da Secretaria Municipal de Educação e teve como objetivo realizar inspeções de acompanhamento ao contrato e o cronograma da execução dos trabalhos.

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realiza, por amostragem, o acompanhamento *in loco* em obras, sendo essa uma das atribuições previstas no Plano Anual de Atividades do Controle Interno.



Obras do NEIM Red Park recebem visita da CGM

## Controladoria fiscaliza obras de manutenção e drenagem na Tapera

A Controladoria-Geral do Município, (CGM), realizou, no dia 22 de maio uma fiscalização as obras de manutenção de drenagem e pavimentação no Bairro Tapera, no sul da ilha.

A fiscalização da equipe da CGM teve a presença do fiscal do contrato de obras além da participação de pessoas da comunidade.

As obras fazem parte do Contrato 049/SMI/2022, que prevê a execução de serviços de manutenção de drenagem e pavimentação em diversas ruas da região Insular do município.



Obras na Tapera receberam visita da CGM

## Controle Interno analisa 674 processos somente nos meses de maio e junho

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM), analisaram somente nos meses de maio e junho de 2023 um total de 674 processos, sendo que 365 foram processos de repasse de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 99 foram processos de concessão de aposentadorias ou pensões, 193 são processos de prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores públicos municipais e 17 são processos referentes a despesas de exercício anterior.

## Controle Interno visita obras da Escola Básica Municipal João Alfredo Rohr



Obras recebem visita no dia 19 de maio

O Controle Interno continua acompanhando as obras da Escola Básica Municipal João Alfredo Rohr, localizada no Córrego Grande. No dia 19 de maio a equipe da Controladoria esteve realizando mais uma visita de monitoramento aos trabalhos.

Durante a visita, os técnicos observaram o cronograma da obra, que já está em fase final, bem como o acabamento do serviço. O monitoramento de obras do município é uma das atribuições do Controle Interno, que realiza o trabalho de acompanhamento de contratos por amostragem.



Obras estão em fase final

## CGM realiza monitoramento a Unidade de Pronto Atendimento do Continente

A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 11 de maio uma visita técnica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Continente. A visita tem como objetivo acompanhar o atendimento a população na Unidade de Saúde que é gerida pela Organização Social Mahatma Gandhi, através de uma parceria realizada com o município mediante repasse de subvenção social.



Visita técnica foi realizada no dia 11 de maio

## Controladoria-Geral acompanha obras de revitalização do Centro-Leste

A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, nos dias 11 de maio e 29 de junho, visitas de inspeção as obras de revitalização do Centro-Leste da Capital.

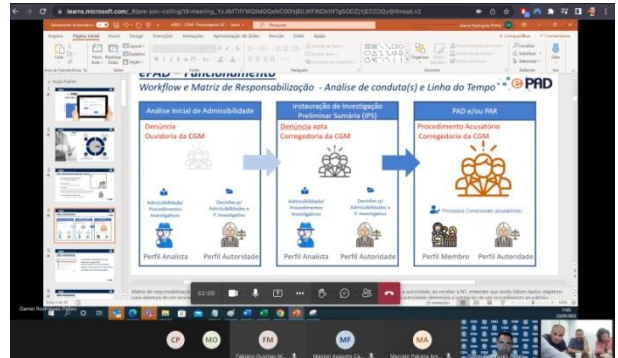
A obra faz parte do Contrato nº 783/SMI/2021 que tem como objeto a revitalização de diversas ruas na região.

Nas oportunidades a equipe da CGM, juntamente com o fiscal de contrato da Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura, que é o responsável pela obra, realizaram a visita nas Ruas João Pinto, Tiradentes e Nunes Machado,.



Obras no Centro-Leste são vistoriadas pela CGM

## Corregedoria participa de treinamentos com a Controladoria-Geral da União



Sistema ePAD já está sendo utilizado pela CGM

No mês de junho, a equipe da Corregedoria participou de dois treinamentos em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), o primeiro foi um curso sobre a utilização do sistema ePAD, que é um sistema criado pela Corregedoria-Geral da União, que visa facilitar o trabalho das corregedorias de todo o Brasil. O segundo foi um curso sobre Processo Administrativo Disciplinar - PAD, ministrado por auditores da CGU no auditório do Tribunal de Contas do Estado - TCE/SC.

Os treinamentos têm como objetivo aperfeiçoar e padronizar o trabalho dos agentes públicos durante os procedimentos correccionais bem como das autoridades instauradoras e julgadoras.



Curso realizado no TCE teve a participação da CGM

## Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto

**Secretário:** Rodrigo De Bona da Silva

**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis

**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social

**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Felipe Stefan Koerich Theis, Patrícia Reis dos Santos, Marina Pasetto, Sofia Leal, Divulgação CGM, Divulgação Polícia Civil e Divulgação PMF.

## 045/2023 JULHO E AGOSTO

### Controladorias do Estado e da Capital assinam acordo de cooperação



CGE e CGM assinam acordo de cooperação

A Controladoria-Geral do Município (CGM) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE) assinaram, no dia 13 de julho, um Acordo de Cooperação que cria mecanismos de assistência mútua para o desenvolvimento de ações nas áreas de controle interno, auditoria, corregedoria, ouvidoria e transparência.

O evento de assinatura foi realizado na sede da CGE. Estiveram presentes no ato o Controlador-Geral do Estado, Márcio Cassol, a Controladora-Adjunta, Simone de Souza Becker, e o Controlador-Geral do Município de Florianópolis, Rodrigo De Bona da Silva.

No acordo estão previstas capacitações técnicas para servidores e intercâmbio de informações entre os órgãos.

### **Novo Decreto cria Núcleo Municipal de operação do Controle Interno Setorial**

Foi publicado no dia 29 de agosto de 2023 o Decreto nº 25.499, que dispõe sobre a criação do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial.

O Decreto, construído pela Controladoria-Geral do Município, com apoio da Secretaria Municipal da Casa Civil tem como objetivo descentralizar o Controle Interno no município, dando autonomia para as Unidades Gestoras executarem as etapas de controle em alguns procedimentos. O início da vigência das novas regras está previsto para 30 dias após a publicação do Decreto.

### Controladoria participa de Seminário de Boas Práticas Digitais e Probidade



Evento foi realizado no dia 25 de agosto

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Controladoria-Geral do Município (CGM) e a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC) realizaram no dia 25 de agosto o “Seminário de Boas Práticas Digitais e Probidade no Serviço Público”. O evento contou com a presença de quase 300 servidores municipais de todas as áreas, que participaram de uma formação na Academia de Polícia Civil (Acadepol).

Com a abertura sendo realizada pelo Prefeito Topázio Neto, o evento foi dividido em três módulos: Probidade e Crimes Funcionais, apresentado pela Dra. Isabel Fauth, Delegada da PCSC, responsável pela 1ª Delegacia de Polícia Especializada no Combate à Corrupção de Florianópolis; Boas Práticas e Segurança Digital, com o Dr. Luiz Felipe Rosado, Delegado da Polícia Civil titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática; e O Papel da Controladoria no Tratamento de Denúncias, com o Dr. Rodrigo De Bona, Auditor Federal e Controlador-Geral do Município de Florianópolis.



Evento foi realizado no dia 25 de agosto

## CGM participa de Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios

A Controladoria-Geral do Município (CGM) participou da 3ª edição do Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios, que foi realizado em São Paulo (SP) nos dias 2, 3 e 4 de agosto.

O evento, que é realizado em parceria pelas prefeituras de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), conta com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos e tem como objetivo auxiliar os municípios na adequação à LGPD e nas ações de transparência e de integridade.

Além da relevância dos temas abordados, o Fórum é um importante canal institucional de aproximação entre os municípios e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) órgão responsável pelo tema na esfera federal.



Evento ocorreu em São Paulo (SP)

## CGM regulamenta Carta de Serviços, Conselho de Usuários e LGPD

Dois novos decretos foram publicados pelo Controle Interno no mês de agosto, o Decreto de Carta de Serviços e Conselho de Usuários e o Decreto que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no município.

No dia 08 de agosto, foi publicado o Decreto n. 25.439/2023, que dispõe sobre a carta de serviços, a avaliação de satisfação dos usuários, a simplificação e melhoria de procedimentos e o conselho de usuários de serviços públicos. Já no dia 25 de agosto, foi publicado o Decreto n. 25.497/2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

## Controladoria-Geral realiza Curso de Análise de Prestações de Contas



Treinamento foi realizado nos dias 7 e 8 de agosto

A Controladoria-Geral do Município de Florianópolis (CGM) promoveu nos dias 7 e 8 de agosto o Módulo I do Curso de Formação em Análise de Prestações de Contas de recursos repassados para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com base na Lei Federal nº 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as OSCs.

O treinamento contou com o apoio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias (SMLCP) e da Secretaria Municipal de Educação (SME), que disponibilizou o espaço no Centro de Educação Continuada (CEC).

Participaram do evento servidores da SMLCP, SME, Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte (SMTCE) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O objetivo da formação foi orientar os servidores responsáveis pela análise de prestação de contas dos projetos de parcerias que recebem recursos do município, passando a experiência da Controladoria-Geral no tema para os demais servidores da Prefeitura.



Curso ocorreu no Centro de Educação Continuada

## Controladoria realiza fiscalizações em parcerias do município com OSCs



Ação Social Missão recebe visita da CGM

A Controladoria-Geral do Município, (CGM), através da Subcontroladoria-Geral de Auditoria realizou, no dia 08 de agosto, uma visita de monitoramento aos projetos realizados pela Organização da Sociedade Civil (OSC), Ação Social Missão, localizada no bairro Santa Mônica, em Florianópolis.

A visita tem como objetivo acompanhar os projetos realizados pela entidade em parceria com o Município. Para o ano de 2023, a Ação Social Missão possui projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e também com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

A fiscalização das parcerias do município com as OSCs é uma ferramenta importante de controle do município. Somente no ano de 2023 a Prefeitura já repassou, ou tem previsão de repasse, aproximadamente 95 milhões de reais.



Entidade é parceira da Educação e Assistência

## Ouidoria registra 1542 manifestações somente nos meses de julho e agosto

O Departamento de Ouvidoria Geral do Município, vinculado a Subcontroladoria-Geral de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados, registrou nos meses de julho e agosto de 2023 um total de 1542 manifestações de ouvidoria realizadas. Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem a manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria encaminhadas para a Prefeitura Municipal estão disponíveis no “Painel Resolveu” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel Resolveu está disponível para consulta no endereço eletrônico: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>

## CGM e Tecnologia se reúnem para tratar sobre Lei de Incentivo à Inovação



Reunião ocorreu na sede da Controladoria-Geral

A Controladoria-Geral do Município (CGM) se reuniu, no dia 16 de agosto com a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia para tratar das parcerias entre o município e os proponentes selecionados em virtude da Lei de Incentivo à Inovação.

O encontro teve como objetivo discutir o regimento que será aplicado para a apresentação das prestações de contas dos recursos repassados através do programa.

## Equipe da Corregedoria participa de evento sobre escuta especializada

No dia 05 de julho a equipe da Corregedoria esteve presente no ato de assinatura do Protocolo Municipal de Florianópolis sobre a Escuta Especializada, o evento, que foi realizado no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), contou com a presença do Prefeito Municipal e demais autoridades e representantes das instituições públicas que integram a rede de proteção da criança e adolescentes, testemunhas ou vítimas de violência.

O debate tratou sobre o papel institucional, bem como o papel dos servidores que atuam nas unidades de serviços e atendimento às crianças e adolescentes.



Evento teve a Participação do Prefeito Municipal

## Controle Interno analisa 800 processos somente nos meses de julho e agosto

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM), analisaram somente nos meses de julho e agosto de 2023 um total de 800 processos, sendo que 463 foram processos de repasse de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 79 foram processos de concessão de aposentadorias ou pensões, 246 são processos de prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores públicos municipais e 12 são processos referentes a despesas de exercício anterior.

## Controle Interno realiza reuniões de treinamento com Ouvidorias Setoriais



Evento do dia 10 de agosto foi realizado no CRC

A Ouvidoria-Geral realizou nos dias 13 de julho e 10 de agosto mais dois encontros de treinamento e orientação com os representantes das Ouvidorias Setoriais das Secretarias e Órgãos do Município.

Os encontros, que ocorrem mensalmente, têm como objetivo orientar os servidores que trabalham com atendimento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de Acesso à Informação no município sobre temas da área.

No encontro do dia 10 de agosto o tema principal foi o tratamento e tramitação das manifestações dentro do sistema FalaBr. Já no encontro do dia 13 de julho, o tema central foi o Decreto n. 25.240/2023, que trata do tratamento de manifestações. Em todos os encontros são realizados estudos de casos e as dúvidas são compartilhadas e debatidas objetivando sempre o melhor atendimento ao usuário.



Auditório da Semas recebeu encontro de julho

## Controle Interno visita obras de revitalização no centro de Florianópolis

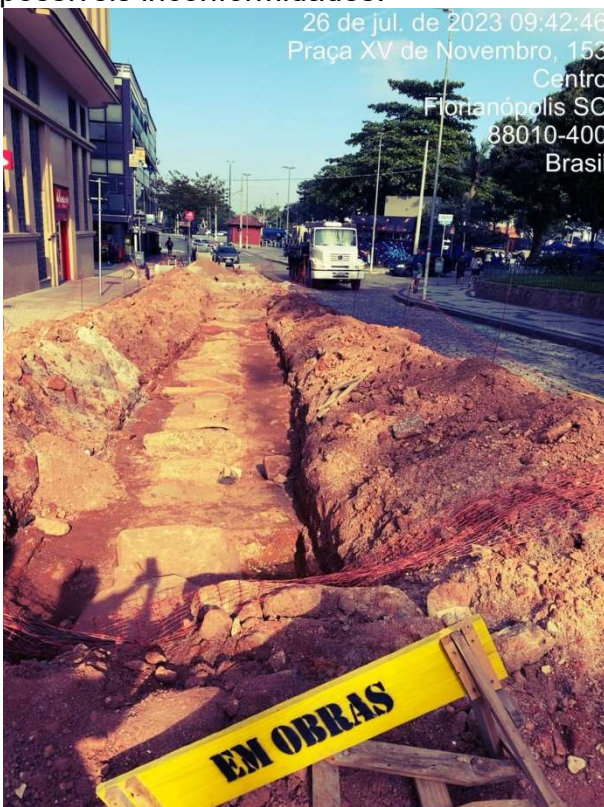


Entorno do Terminal Cidade de Florianópolis

A Auditoria-Geral do Município realizou no dias 26 de julho, uma visita de fiscalizações obras de revitalização dos entornos da Praça XV de novembro e do Terminal Cidade de Florianópolis.

As obras fazem parte do Contrato nº 783/SMI/2021 que tem como objeto a revitalizar toda essa região do centro da capital.

Na ocasião a equipe da CGM comparou o andamento da execução da obra com o pactuado em contrato, o objetivo é evitar possíveis inconformidades.



Obras no entorno da Praça XV de Novembro

## CGM participa da edição 2023 do Ciclo de Estudos do Tribunal de Contas

A Controladoria-Geral do Município, (CGM), participou, nos dias 26 e 27 de julho da etapa de Florianópolis do Ciclo de Estudos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, edição 2023.

O evento foi realizado em diversos municípios e contou com a participação de cerca de 3 mil agentes públicos, entre eles prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, controladores internos, técnicos das áreas de recursos humanos, licitações, compras e contabilidade de prefeituras e câmaras municipais.

A CGM esteve presente na etapa de Florianópolis e participou das oficinas técnicas, ministradas por auditores fiscais de controle externo do TCE/SC, com objetivo de oportunizar aos técnicos do controle interno do município a ampliação de conhecimento na sua área de atuação.



Equipe da CGM presente no TCE/SC

## Controladoria participa de reuniões sobre implantação de novos sistemas

Durante os meses de julho e agosto a Controladoria-Geral do Município, (CGM), participou de reuniões de acompanhamento a implantação de novos sistemas digitais no município. Entre os sistemas que passarão por alterações estão o de contabilidade e compras, o sistema de tramitação de documentos, sistema que envolve a Carta de Serviços entre outros. O papel do Controle Interno é acompanhar as implantações e auxiliar na orientação dos servidores quanto às modificações de fluxo de trabalho.

## Controle Interno realiza fiscalização de obras de revitalização no continente



Obras receberam visita da CGM

No dia 15 de agosto, a equipe da Subcontroladoria de Auditoria realizou uma fiscalização as obras de revitalização das praias da Saudade, do Meio e do Riso, todas no Bairro Coqueiros, na parte Continental do município. As obras fazem parte do Contrato nº 273/SMI/2022 e a visita foi acompanhada pelo engenheiro responsável pela fiscalização do contrato.

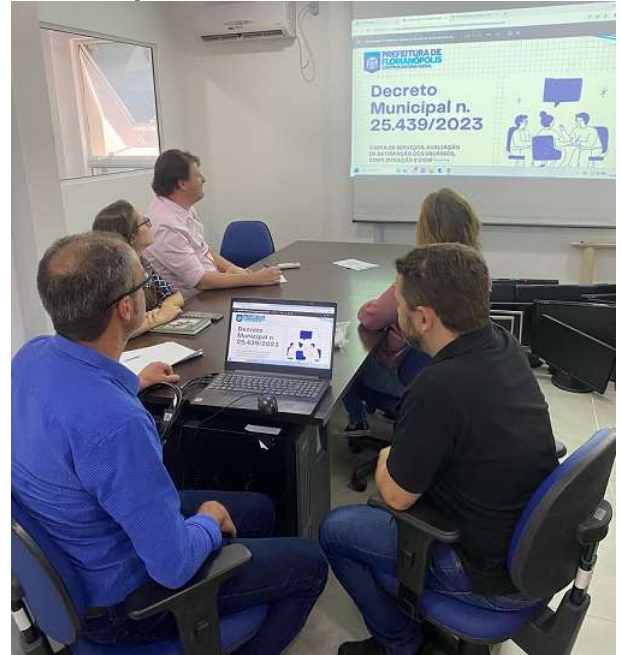
## CGM integra comissão de seleção de parcerias de emendas parlamentares

A Controladoria-Geral do Município (CGM) está participando da comissão de seleção de parcerias de emendas parlamentares com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A CGM também orienta as Unidades Gestoras quanto à apresentação da prestação de contas destes projetos, realizados em parceria com o município, que utilizam recursos repassados oriundos das emendas.



Reunião de trabalho realizada no dia 08 de agosto

## Controladoria avalia novas rotinas criadas pelo Decreto n. 25.439/2023



Evento do dia 10 de agosto foi realizado no CRC

A Subcontroladoria de Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados se reuniu, no dia 24 de agosto, para estudar as novas rotinas de trabalho criadas a partir da publicação do Decreto Municipal n. 25.439/2023, que dispõe sobre a carta de serviços, a avaliação de satisfação dos usuários, a simplificação e melhoria de procedimentos e o conselho de usuários de serviços públicos.

O novo decreto, que foi publicado no dia 08 de agosto, regulamenta toda a forma de publicação das informações de serviço do município, bem como a avaliação e o controle de qualidade da execução dos mesmos.

Nas próximas semanas o Controle Interno repassará orientações as Unidades Gestoras no que diz respeito a todo o novo regramento vigente no município.

### Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto

**Controlador-Geral:** Rodrigo De Bona da Silva

**Controlador-Geral Adjunto:** Leandro Domingues

**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis

**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social

**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Felipe Stefan Koerich Theis, Patrícia Reis dos Santos, Thaise Alana Goronzi, Jorge Campos, Divulgação CGM, Divulgação CGE e Divulgação PMF.

## 046/2023 SETEMBRO E OUTUBRO

### Controladoria-Geral do Município firma acordo com a Controladoria-Geral da União



Prefeito Topázio assina Acordo de Cooperação Técnica entre Controladorias de Florianópolis (CGMF) e da União (CGU)

A Prefeitura de Florianópolis firmou nesta segunda-feira, 16 de outubro, acordo de cooperação técnica entre a Controladoria-Geral do Município (CGM) e a Controladoria-Geral da União (CGU), com o objetivo de ampliar a troca de informações entre os dois órgãos, por meio de intercâmbio técnico, treinamentos, compartilhamento de bases de dados e outras tecnologias, como softwares para aprimoramento de procedimentos. A parceria visa a prevenir a ocorrência de atos ilícitos e aumentar a transparência.

"Já estamos atuando em conjunto desde o curso de Fiscais de Contratos, em setembro, quando capacitamos 220 servidores. A assinatura oficializa essa parceria e amplia as possibilidades de trabalho em diferentes frentes, com destaque para o combate à corrupção", enfatiza o Controlador-Geral do Município, Rodrigo De Bona.

Com o acordo, a Controladoria deve começar a utilizar até o final do ano um

sistema de cruzamento de dados, com o intuito de impedir, entre outras coisas, que empresas consigam fraudar informações em processos licitatórios. "Antes de definir o vencedor, verificaremos sempre se não possuem parentesco com entes públicos, se integram um mesmo grupo empresarial ou empresas fantasmas. Esse processo será facilitado com o sistema da CGU, diminuindo os riscos de paralisar obras, por exemplo, com empresas que começam, mas não tem condições de terminar", explica o controlador.

Estuda-se ainda, para os próximos seis meses, a implementação de um sistema de monitoramento patrimonial dos servidores, que permite a identificação de qualquer tipo de enriquecimento ilícito dentro do setor público. "Essa é uma ferramenta em uso pela CGU e que apresenta bons resultados. A ideia é que possamos implantar também em Florianópolis, ampliando o potencial de monitoramento para prevenção da corrupção", conclui Rodrigo.

## Controladoria realiza Curso de Formação de Fiscais de Contratos



Evento teve a presença de mais de 220 servidores

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 14 de setembro, um Curso de Formação de Fiscais de Contratos. O evento ocorreu no Centro de Educação Continuada, da Secretaria Municipal de Educação e contou com a presença de mais de 220 servidores de diversas Secretarias e órgãos da Prefeitura.

A formação teve início com uma palestra sobre eficiência na fiscalização de contratos públicos, que ficou por conta da Auditora Federal da Controladoria-Geral da União (CGU), Rosemary Zucareli.

Na segunda parte do curso foi realizado um painel com as Servidoras do Estado de Santa Catarina, Hanna Karine dos Santos Jacques Barcelos, Diretora de Licitações e Contratos e Laryssa Neiva Avelino, Gerente de Contratos da Secretaria de Administração do Estado, que abordaram as principais formas de identificar problemas em contratos públicos.

Por fim, foi a vez do Controlador-Geral do Município, Rodrigo De Bona da Silva falar sobre os resultados da Fiscalização e sobre a Lei Anticorrupção.

O curso de capacitação teve como principal objetivo capacitar os servidores do Município de Florianópolis quanto a fiscalização de contratos, utilizando o controle interno como ferramenta para a otimização dos recursos públicos destinados para a contratação de produtos ou serviços.

## CGM realiza treinamento para atualização da Carta de Serviços

No dia 29 de setembro, a Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou a segunda reunião de capacitação para atualização da Carta de Serviços do município.

O encontro foi realizado no Auditório do Centro de Educação Continuada e contou com a participação de representantes de diversas Secretarias, que são as unidades responsáveis pela atualização das informações da Carta de Serviços.

O primeiro módulo do treinamento já havia sido realizado no dia 5 de setembro.



Encontro foi realizado no dia 29 de setembro

## Controladoria realiza nova reunião de alinhamento com ouvidores setoriais

No dia 11 de outubro a Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou mais uma reunião ordinária de alinhamento de equipe com os ouvidores setoriais do município. O encontro, que foi realizado no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, teve como objetivo orientar os ouvidores setoriais quanto ao correto e eficiente encaminhamento das demandas.

Desde abril, as reuniões do Sistema Municipal de Ouvidoria são mensais e visam à padronização de procedimentos e qualificação do atendimento aos usuários.



Reunião mensal com ouvidores dia 11 de outubro

## Controle Interno participa de reunião sobre Edital da Lei Paulo Gustavo

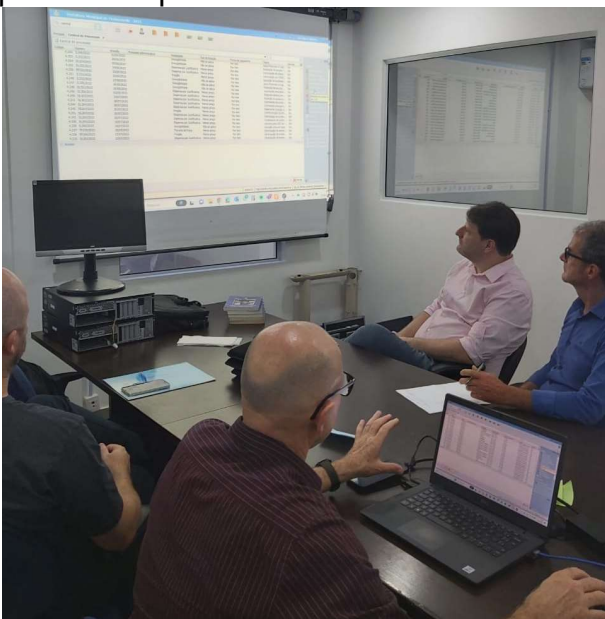
A controladoria participou de reunião no dia 10 de outubro para tratar do regramento do Edital da Lei Paulo Gustavo. O encontro foi realizado na Fundação Franklin Cascaes e contou com a participação dos técnicos responsáveis pela avaliação das propostas apresentadas.



Encontro ocorreu na Fundação Franklin Cascaes

## CGM realiza reunião para discutir migração de dados para o Portal

A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) se reuniu, no dia 25 de setembro, com técnicos da empresa vencedora da licitação que será a responsável pelo novo sistema de gestão contábil e de compras do município, o objetivo foi discutir sobre a migração das informações do novo sistema para o portal transparência.



Reunião foi realizada na CGM

## Equipe da Secretaria de Educação recebe curso de prestações de contas



Formação foi realizada no dia 27 de setembro

A equipe do Controle Interno realizou, no dia 27 de setembro, mais um curso sobre Prestação de Contas de recursos repassados através de subvenções sociais, auxílios e contribuições para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que possuem parceria com o município.

O público-alvo da formação foram os técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SME) que trabalham com o tema. O objetivo é orientar a equipe da SME quanto aos regramentos legais no que diz respeito ao repasse de recursos e a execução dos projetos das OSCs.

Este é o terceiro encontro de capacitação sobre prestações de contas da CGM somente neste segundo semestre de 2023, alcançando seis órgãos. Em agosto os módulos ocorreram nos dias 7 e 8, e nos dias 21 e 22/8. Atualmente a SME possui 43 parcerias vigentes com Organizações Sociais no município.

## Controle Interno analisa 843 processos nos meses de setembro e outubro

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM) analisaram somente nos meses de setembro e outubro de 2023, um total de 843 processos, sendo 527 de repasse de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 71 de concessão de aposentadorias ou pensões, 202 de prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores, 11 referentes a despesas de exercício anterior e 32 de admissão de servidores.

## Auditoria acompanha obras de revitalização no centro de Florianópolis



Obras na Rua Tiradentes

A Auditoria-Geral do Município realizou uma nova visita de fiscalização e monitoramento às obras de revitalização do entorno da Praça XV de novembro, do entorno do Terminal Cidade de Florianópolis e das ruas do Centro-Leste, no dia 3 de outubro.

As obras fazem parte do Contrato nº 783/SMI/2021 que tem como objeto revitalizar essa região do centro da capital.

Na ocasião a equipe da CGM comparou o andamento da execução da obra com o pactuado em contrato.

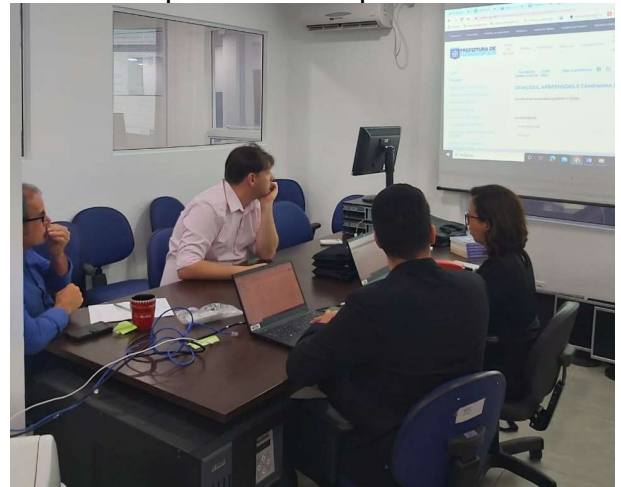


Entorno da praça XV de novembro

## CGM recebe equipe que realiza estudo sobre transparência nos municípios

A Controladoria-Geral do Município (CGM) recebeu, no dia 25 de setembro, uma equipe do Sebrae que está realizando um estudo sobre transparência nos municípios.

Na oportunidade os técnicos do Controle Interno atenderam aos profissionais do Sebrae para prestar informações que têm como objetivo gerar dados para que os municípios recebam sugestões de melhorias quanto à transparência.



Reunião foi realizada no dia 25 de setembro

## Ouidoria registra 1778 manifestações nos meses de setembro e outubro

O Departamento de Ouvidoria Geral do Município, vinculado à Subcontroladoria-Geral da Transparência, Ouvidoria e Proteção de Dados, registrou nos meses de setembro e outubro de 2023 um total de 1778 manifestações de ouvidoria recebidas da sociedade na plataforma Fala.Br ([www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria](http://www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria)). Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura, que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem à manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria estão disponíveis no “Painel Resolveu?” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel está disponível para consulta no endereço: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>

## CGM organiza treinamento para membros integrantes de Conselhos



Treinamento foi realizado no dia 23 de outubro

A equipe do Controle Interno organizou, no dia 23 de outubro, um treinamento para utilização de novo sistema de armazenamento de informações para os integrantes de Conselhos Municipais. O objetivo da formação foi apresentar o novo sistema que será utilizado pelos conselhos como ferramenta de transparência das informações.

## Encontro Regional de Corregedorias conta com a Participação da CGM

A Controladoria-Geral do Município (CGM) participou, no dia 17 de outubro, do Encontro Regional de Corregedorias – Sul e Sudeste, evento organizado pela Controladoria-Geral da União e sediado no Auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC).

O evento teve como objetivo discutir atualidades do tema de correição, nos diversos níveis da administração pública e teve como público-alvo os servidores e empregados públicos federais, estaduais, distritais e municipais que trabalham em unidades correcionais.

Atualmente, a CGM ocupa a Secretaria Executiva da Rede Nacional de Corregedorias, coordenada pela CGU.



CGM participa do Encontro de Corregedorias

## CGM participa do 2º Seminário sobre privacidade e proteção de dados

Técnicos da Controladoria-Geral participaram, no dia 29 de setembro, do 2º Seminário sobre Privacidade e Proteção de Dados que foi realizado no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Florianópolis.

No encontro, técnicos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) debateram temas como: regulação e proteção de dados pessoais, atuação fiscalizatória, tratamento de dados, penalidades da LGPD no setor público, entre outros.



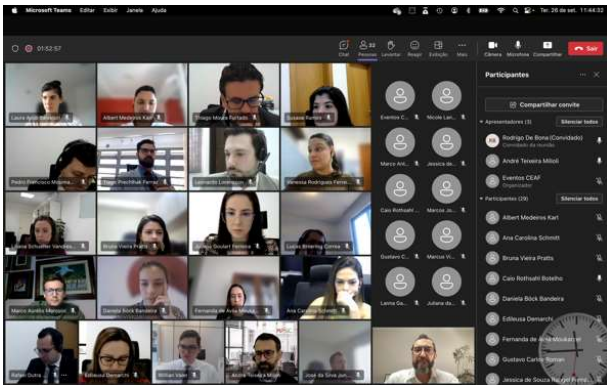
Evento foi realizado na OAB/SC

## CGM publica plano de adequação à lei geral de proteção de dados pessoais

Foi publicado pela Controladoria-Geral do Município (CGM), no Diário Oficial do Município do dia 20 de outubro, o plano de adequação à lei geral de proteção de dados pessoais. O plano, que tem como objetivo contribuir para a implementação da política de proteção de dados, bem como conscientizar a todos os integrantes dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município acerca de sua importância, está dividido em sete principais eixos, sendo eles: normatização, diagnóstico inicial, capacitação e sensibilização, instrumentalização, mapeamento de dados pessoais, levantamento e gestão de riscos e monitoramento.

## Controladoria-Geral participa de encontro da Pós-Graduação do MPSC

O Controlador-Geral de Florianópolis ministrou em 26 de setembro classe para mais de 30 promotores no módulo **Tópicos Destacados da Atuação na Área da Moralidade Administrativa e Eleitoral, da Pós-Graduação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC)**. O Tema da apresentação foi a **Relevância de uma Atuação Conjunta entre Ministério Público e Controle Interno**. O Controlador-Geral, que possui Mestrado em Administração pela UFSC e é Doutor em Economia e Governo pela Universidad Menéndez Pelayo, de Madrid, Espanha, apresentou os avanços da Controladoria-Geral desde sua criação, em 02 de janeiro de 2023.



Encontro ocorreu no dia 26 de setembro

## Corregedoria apresenta seus avanços com o uso do Sistema ePAD, da CGU

Em encontro virtual realizado no dia 31 de outubro, a Corregedoria do Município, que faz parte da estrutura da Controladoria-Geral do Município (CGM), apresentou os avanços e os desafios do uso do Sistema ePAD, da Controladoria-Geral da União (CGU). Adotado pela PMF desde junho deste ano, o sistema permite o controle e a gestão dos procedimentos administrativos abertos para fins de investigação e sanção, tanto no caso de agentes públicos como de pessoas jurídicas.

O Encontro faz parte das ações da CGU de promoção das atividades correicionais, incluindo o projeto de nacionalização do sistema ePAD.

## CGM instaura PAD e abre Auditoria de Conformidade na SMHDU e Floram

Após denúncias que ocasionaram a prisão de um servidor municipal e a acusação de corrupção sobre este e mais quatro ex-servidores, a Controladoria-Geral do Município (CGM) instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), para apurar a conduta do servidor preso, e aguarda a aceitação da denúncia decorrente do inquérito penal para abertura de processo em desfavor dos demais. Além disso, foi aberta Auditoria para Avaliação de Conformidade na Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SMHDU) e na Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram). O objetivo é avaliar a conformidade, frente à legislação vigente, dos processos de autorização para construção e loteamento, de fiscalização de obras e ambiental dos últimos anos. A auditoria inclui uma Consultoria para diagnosticar as medidas necessárias para fortalecer a estrutura e o funcionamento dos dois órgãos, que possuem dificuldades e problemas históricos. Pretende-se mapear riscos, avaliar a governança e propor melhorias nos fluxos de trabalho e nos controles sobre os processos avaliados, visando à prevenção de fraudes e erros e à garantia de qualidade na prestação dos serviços aos munícipes. Os resultados pretendem contribuir com a redução dos riscos de ocupações irregulares do território municipal.

## Controladoria normatiza uso de aplicativos de mensagens instantâneas para notificações processuais

A Controladoria-Geral do Município, publicou, no dia 04 de outubro, a Instrução Normativa n. 01/2023 que institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas para a comunicação de atos extraprocessuais e processuais no âmbito dos processos administrativos do município.

Essa normativa tem como objetivo dar celeridade à tramitação dos processos visando à ampliação da eficiência dos atos processuais.

## Prefeitura de Florianópolis adere à Rede Nacional de Fomento à Integridade Privada Objetivo é incentivar as empresas a implantar Programas de *Compliance* e Anticorrupção

A Prefeitura de Florianópolis, por meio da Controladoria-Geral do Município (CGM), formalizou, no dia 19 de outubro, a adesão do município à Rede Nacional de Fomento à Integridade Privada, coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo da Rede é ampliar a troca de informações, o intercâmbio de técnicas, normas, modelos e expertises de atuação, além de desenvolver projetos de estímulo à ética e integridade para o setor privado, tanto para as grandes empresas como para as micro e pequenas.



Controlador-Geral do Município formaliza adesão à Rede Nacional de Fomento à Integridade privada com a Secretaria Nacional de Integridade Privada

O problema da corrupção extrapola a esfera pública e nenhuma solução será viável sem a participação efetiva do setor privado no enfrentamento desse tema. Por essa razão, há necessidade de conscientizar o setor privado sobre a importância de prevenir e detectar atos de fraude e corrupção, assim como incentivá-lo a adotar medidas de fortalecimento da ética.

Um exemplo é o Selo Pró-Ética, resultado da conjugação de esforços entre os setores público e privado para promover

no país um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente. O projeto foi lançado em 2010 pela CGU e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e a primeira catarinense certificada foi a Dudalina. A iniciativa consiste em fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte e do ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de corrupção e fraude.

Com a atuação de Floripa na Rede Nacional, a Prefeitura poderá incentivar uma maior participação das empresas da Capital do Estado, que tem um histórico de corporações com alto nível de competitividade, inclusive internacional, e poderão buscar também seu aprimoramento em temas de Governança, Sustentabilidade e Proteção do Meio Ambiente, de acordo com a Agenda 2030 e os princípios corporativos da ESG (*Environment Sustainable Governance*).



### Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto

**Controlador-Geral:** Rodrigo De Bona da Silva  
**Controlador-Geral Adjunto:** Leandro Domingues

**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis e Rodrigo De Bona da Silva

**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social

**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Felipe Stefan Koerich Theis, Sangi Martins, Patrícia Reis dos Santos, Marina Pasetto, Léo Russo, Divulgação CGM e Divulgação PMF.

## 047/2023 NOVEMBRO E DEZEMBRO

**Controladoria-Geral do Município realiza primeira reunião com a equipe do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial (NCIS)**



Primeira reunião do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial foi realizada no dia 10 de novembro

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou no dia 10 de novembro a primeira reunião com a equipe do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial.

O NCIS foi instituído na Prefeitura Municipal de Florianópolis pelo Decreto nº 25.499, de 29 de agosto de 2023, e é constituído por controladores e ouvidores setoriais indicados pelas autoridades máximas dos órgãos e entidades da administração municipal e nomeados por portaria do Controlador-Geral do Município, totalizando 21 (vinte e um) integrantes.

Na reunião, os técnicos da CGM apresentaram o trabalho que deve ser

realizado pela nova equipe em cada uma de suas unidades setoriais. O responsável pelo Núcleo de Controle Interno Setorial em cada órgão é vinculado tecnicamente ao órgão central do Sistema Municipal de Controle Interno, mas permanece subordinado hierarquicamente à autoridade do respectivo órgão onde atua. Com a criação e o fortalecimento do Controle Interno Setorial nos órgãos da administração pública, a CGM tem como objetivo padronizar procedimentos e ramificar a atuação do Controle Interno no município, estando mais próximo dos locais de tomadas de decisão e atuando previamente na identificação de eventuais problemas.

## Prefeitura firma parceria com a Comissão de Ética Pública da União



Acordo foi assinado no dia 09/11

A Prefeitura de Florianópolis, por meio da Controladoria-Geral do Município (CGM), formalizou na quinta-feira, 09/11, um Protocolo de Intenções com a Comissão Nacional de Ética Pública (CEP). No mesmo evento, a Controladoria-Geral do Estado (CGE/SC) também firmou a parceria, cujo objetivo é ampliar o debate sobre ética e conflito de interesses no poder público das três esferas de governo.

O Brasil possui uma lei de Conflito de Interesses, que regula as relações entre agentes públicos e instituições privadas, mas que só vale para o poder executivo federal. Com essa nova parceria, a CGM buscará ampliar a aplicação da política de integridade e *Compliance* criada pelo prefeito Topázio Neto em junho de 2023.

“Quando falamos de ética, estamos tratando muito além do que o mero cumprimento da legislação. Nesse tema, é preciso conscientizar os agentes municipais e o setor privado, sobre a importância de prevenir e detectar atos de corrupção, assim como incentivar a adoção de medidas de fortalecimento da ética”, afirmou o Controlador-Geral do Município, Rodrigo De Bona.

A formalização da parceria foi efetivada durante o Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal – Sul/Sudeste, realizado no auditório da Polícia Federal, em Florianópolis.

## Ouvidorias setoriais recebem orientação quanto ao relatório anual

No dia 13 de dezembro a Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou nova reunião ordinária com a equipe das ouvidorias setoriais do município. O encontro, que foi realizado no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, teve como objetivo orientar os ouvidores setoriais quanto ao correto preenchimento do relatório anual de Ouvidoria Setorial.

O relatório deverá registrar a atuação das Ouvidorias Setoriais durante o ano de 2023, e dentre as informações que devem constar estão: a estrutura de pessoal, os canais de atendimento disponíveis, os prazos e tempos médios de resposta, os quantitativos de manifestações recebidas por tipo, assunto e área, os índices de satisfação e resolutividade do atendimento, os maiores desafios, avanços e boas práticas implementadas, e as recomendações e proposições emitidas com o objetivo de melhorar o atendimento para o exercício de 2024.

Com o relatório anual setorial, a Ouvidoria Geral do município terá informações gerenciais que permitirão a atuação direta em possíveis do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal de Florianópolis (SisOuv), e assim a busca de soluções que tenham como objetivo ampliar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos aos cidadãos. O prazo para a entrega do relatório por parte das setoriais é dia 9 de fevereiro de 2024.



Encontro foi realizado no auditório da SEMAS

## **CGM recebe diretores da Assistência Social para tratar do setor de parcerias**

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou reunião com Diretores da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), no dia 13 de novembro para tratar do setor de parcerias da Secretaria que é responsável pela análise de todas as prestações de contas de recursos repassados para as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

O objetivo foi alinhar a análise dos projetos, bem como a análise financeira destas parcerias.



Encontro ocorreu na CGM

## **Controladoria participa de curso do TCE/SC sobre Auditoria Financeira**

A equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM) esteve presente, no dia 5 de dezembro, no curso de Auditoria Financeira promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), em parceria com a Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM).

Entre os temas abordados no encontro estiveram, comunicação processual, achados de auditorias e auditoria financeira nos municípios.



Curso foi realizado no TCE/SC

## **Equipe da Assistência Social recebe curso de prestações de contas**



Formação foi realizada no dia 23 de novembro

A equipe do Controle Interno realizou, no dia 23 de novembro, mais um curso de orientação sobre Prestação de Contas de recursos repassados através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que possuem parceria com o município.

Desta vez, o público-alvo da formação foram os técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que trabalham com o tema. O objetivo é orientar a equipe da SEMAS quanto aos regramentos legais no que diz respeito ao repasse de recursos e à execução dos projetos das OSCs.

## **Ouvidoria registra 1.524 manifestações nos meses de novembro e dezembro**

A Ouvidoria Geral do Município registrou nos meses de novembro e dezembro de 2023 um total de 1.524 manifestações de ouvidoria recebidas na plataforma Fala.Br ([www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria](http://www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria)).

Essas manifestações estão distribuídas em diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura, que são os setores responsáveis pelas demandas que deram origem à manifestação.

As informações que apresentam as estatísticas das manifestações de ouvidoria estão disponíveis no “Painel Resolveu?” sistema de informações integrado com a Controladoria Geral da União. O Painel está disponível para consulta no endereço:

<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>

## CGM segue acompanhando obras de revitalização no centro de Florianópolis



Obras no Centro-Leste

No dia 11 de novembro, a Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou uma nova fiscalização para monitoramento e avaliação das obras de revitalização e drenagem das ruas do Centro-Leste, do entorno da Praça XV de Novembro e do entorno do Terminal Cidade de Florianópolis.

As obras fazem parte do Contrato nº 783/SMI/2021, cujo objeto é revitalizar essa região do centro da Capital.

Na ocasião a equipe da Controladoria-Geral do Município verificou como estão os trabalhos, comparando o andamento da execução da obra com o cronograma pactuado em contrato.

As visitas de monitoramento e avaliação a este contrato seguirão sendo realizadas até a conclusão dos serviços contratados pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura.



Visita foi realizada no dia 11 de novembro

## CGM realiza reuniões de planejamento com as Subcontroladorias

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou durante o mês de novembro, reuniões com as suas Subcontroladorias para a avaliação das metas alcançadas em 2023 e, também, já pensando no planejamento das ações de controle para o ano de 2024.

O Plano Anual de Atividades do Controle Interno é normatizado na Controladoria, e tem como objetivo mapear as ações mais importantes que devem ser realizadas durante cada exercício, com base em uma avaliação de riscos. O planejamento inclui as atividades das áreas de Transparência, Ouvidoria, Integridade e Proteção de Dados, de Auditoria e Controle Interno, e de Corregedoria.



Reuniões foram realizadas no mês novembro

## Controle Interno analisa 693 processos nos meses de novembro e dezembro

Os técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM) analisaram somente nos meses de novembro e dezembro de 2023, um total de 693 processos, sendo destes 533 de repasses de recursos públicos através de subvenções sociais, auxílios e contribuições, 61 processos de concessão de aposentadorias ou pensões, 86 prestações de contas de diárias ou adiantamentos concedidos a servidores, e 13 processos referentes a despesas de exercício anterior.

## **CGM realiza tarde de encontros com OSCs para orientar sobre emendas**

A Controladoria-Geral do Município (CGM) realizou, no dia 16 de novembro, uma tarde de encontros com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que tem projetos contemplados no Edital referente às Emendas Parlamentares Impositivas do Orçamento.

Na oportunidade foram realizados três reuniões com grupos de representantes de entidades, que tiveram como objetivo orientar quanto ao regulamento para apresentação das Prestações de Contas dos recursos repassados aos projetos executados em parceria com o município.



**CGM recebe entidades para orientação**

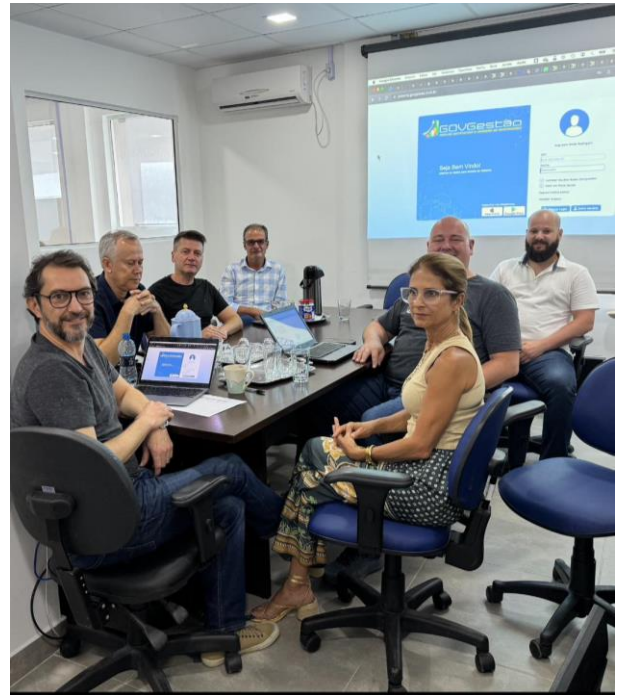
## **CGM participa de treinamento para o novo sistema de ponto da Prefeitura**

A equipe do Controle Interno participou, no dia 1º de dezembro, do treinamento para utilização de novo sistema de registro de ponto dos servidores do município. O novo sistema teve início no mês de dezembro e tem como objetivo ampliar a segurança na gestão do ponto dos servidores.



**Treinamento foi realizado no dia 1º de dezembro**

## **CGM recebe formação para utilização do novo sistema de Controle Interno**



**CGM recebeu treinamento do sistema Pública**

Técnicos da Controladoria participaram no dia 20 de dezembro, de um treinamento para utilização do novo sistema de Controle Interno da CGM.

Na oportunidade, profissionais do sistema contratado estiveram na Prefeitura para orientar os servidores do Controle Interno a utilizarem a nova ferramenta.

Com a implementação do sistema, o objetivo é sistematizar todas as atividades e tramitações da Controladoria, tornando os procedimentos mais seguros e transparentes, evitando retrabalho e desperdício de informações.

## **CGM regulamenta funcionamento do Núcleo de Controle Interno Setorial**

Foi publicada no dia 20 de dezembro a Instrução Normativa nº 04/CGM/2023, que regulamenta as competências e o funcionamento do Núcleo Municipal de Operacionalização do Controle Interno Setorial (NCIS).

Essa normativa tem como objetivo orientar os servidores designados como Controladores Internos Setoriais quanto às atividades do (NCIS), bem como às competências dos seus membros junto às secretarias e órgãos da administração municipal.

## Corregedoria regulamenta apuração de infrações de licitantes e contratados

Foi publicado pela Controladoria-Geral do Município (CGM), no Diário Oficial Eletrônico do Município do dia 20 de dezembro, o Decreto nº 25.876/2023, elaborado pela Subcontroladoria Geral de Corregedoria, que regulamentou o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados.

Além disso, o Decreto também instituiu o cadastro de fornecedores/prestadores de serviços que estão impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal (CAFI) e o cadastro nacional de pessoas jurídicas inidôneas e suspensas (CEIS) no âmbito do poder executivo de Florianópolis.

## Equipe da Saúde recebe orientação sobre análise de Prestações de Contas



Treinamento foi realizado na Saúde

No dia 30 de novembro, a Controladoria-Geral do Município realizou uma reunião de orientação para as comissões e gestores da Secretaria Municipal de Saúde, para orientar na análise das Prestações de Contas dos recursos repassados através de subvenções, auxílios e contribuições para as OSCs.

## Controladores Internos setoriais realizam treinamento com a CGM



Treinamento realizado no dia 06/12

A equipe do Núcleo de Controle Interno Setorial esteve reunida nos dias 06, 07 e 12 de dezembro para treinamento com a equipe da Controladoria-Geral do Município (CGM).

Nos dois primeiros dias o encontro teve como tema a prestação de contas de diárias e adiantamentos, que incluiu a revisão da legislação, *check list* e prática.

No encontro do dia 12, o treinamento foi sobre prestação de contas de recursos repassados através de subvenções, auxílios e contribuições. A formação apresentou a legislação sobre o tema e também uso prático do sistema Integrado de Gestão de Parcerias.



Treinamento realizado no dia 12/12

## PDDF é tema de reunião entre Controle Interno e Secretaria de Educação

O Controle Interno recebeu, no dia 18 de dezembro, técnicos da Secretaria Municipal de Educação para discutir avanços no Controle dos recursos utilizados no Programa De Descentralização Financeira (PDDF).

O programa tem como uma de suas finalidades garantir maior eficiência e celeridade no atendimento das demandas emergenciais das Unidades Educativas da Rede Municipal.



Reunião foi realizada dia 18 de dezembro

## Tecnologia recebe orientação da CGM sobre projetos da Lei de Incentivo

A CGM visitou a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia no dia 28 de novembro, em reunião que tratou sobre os projetos realizados em virtude da Lei de Incentivo à Tecnologia. O encontro serviu para alinhar os regramentos dos projetos e orientar a equipe que trata das parcerias firmadas pelo município em virtude da Lei de Incentivo a Tecnologia.



Reunião ocorreu no dia 28 de novembro

## Ajustes no sistema de parcerias para Lei de Incentivo são tema de reunião



Reunião ocorreu no dia 19 de dezembro

No dia 19 de dezembro, técnicos da Controladoria-Geral do Município (CGM) se reuniram com representantes da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias e da Secretaria Municipal de Assistência Social, para realizar o alinhamento de apresentação das propostas de Leis de Incentivo no Sistema Integrado de Gestão de Parcerias.

O objetivo do encontro foi expandir o sistema para o atendimento integral dos regramentos das Leis de Incentivo, que são mais específicos que a legislação geral sobre repasses de recursos a OSCs.

### Expediente

**Prefeito:** Topázio Silveira Neto

**Controlador-Geral:** Rodrigo De Bona da Silva

**Controlador-Geral Adjunto:** Leandro Domingues

**Redação:** Felipe Stefan Koerich Theis e Rodrigo De Bona da Silva

**Logos:** Secretaria Executiva de Comunicação Social

**Fotografia:** Berenice Vieira Ferrari, Felipe Stefan Koerich Theis, Sangi Martins, Patrícia Reis dos Santos, Marina Pasetto, Divulgação CGM e Ascom/CGE.